


 SETEMBRO 2026
jornal
 Federação Nacional da Educação

fne

Federação Nacional da Educação
















ÍNDICE



3 - 5

EDITORIAL

65 - 72

PESSOAL DE APOIO EDUCATIVO

6 - 60

AÇÃO SINDICAL

73 - 86

INTERNACIONAL

61 - 64

TEM A PALAVRA

87 - 89

SAÚDE



FICHA TÉCNICA | SETEMBRO 2026

Proprietário
Federação Nacional da Educação

Diretor
Pedro Barreiros

Produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

Secretariado
Adosinda Leitão e Cristina Maia

Tesoureiro
Mário Jorge

Redação
Rua Pereira Reis, 399
4200-448 Porto
tel. 225 073 880
www.fne.pt | secretariado@fne.pt

Produção gráfica e paginação
Rafael Marques

Sindicatos membros

- Sindicato dos Professores da Zona Norte
- Sindicato dos Professores da Zona Centro
- Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo
- Sindicato Democrático dos Professores do Sul
- Sindicato Democrático dos Professores dos Açores
- Sindicato Democrático dos Professores da Madeira
- Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo/Pessoal Não Docente da Zona Norte
- Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro
- Sindicato dos Trabalhadores de Apoio Educativo e Social do Sul e Regiões Autónomas

MEMBROS



FILIAÇÃO



EDITORIAL

PEDRO BARREIROS | SECRETÁRIO-GERAL DA FNE



O País que queremos começa na Escola

Um novo ano letivo é sempre um recomeço. Reabrem-se as escolas, regressam os alunos, reencontram-se profissionais e comunidades educativas, renovam-se expectativas. Mas é também tempo de olhar para o que continua por resolver, para aquilo que precisamos de mudar e, sobretudo, para o País que queremos construir.

Foi com esse propósito que a FNE e os seus sindicatos escolheram uma mensagem clara para marcar este início de ano: **“O País que queremos começa na Escola”**.

Mais do que um lema, é uma afirmação sobre o futuro.

Queremos um país mais qualificado, mais justo, mais desenvolvido e mais preparado para enfrentar os desafios que temos pela frente. Mas nenhum desses objetivos será alcançado sem uma Escola Pública de qualidade. E não há uma Escola de qualidade sem professores, educadores, técnicos, assistentes e todos os profissionais da Educação respeitados, valorizados e reconhecidos.

É esta mensagem que estamos a levar às escolas de todo o país, através da distribuição de informação, da colocação de pendões e faixas e, sobretudo, da presença dos sindicatos da FNE junto de quem, todos os dias, faz a Escola acontecer.

Estar presente é também saber ouvir.

Por isso, está em curso, até 15 de outubro, uma **Consulta Nacional sobre as condições de trabalho dos Trabalhadores de Apoio Educativo**. Queremos conhecer melhor a realidade vivida nas escolas, ouvir os seus profissionais e transformar esse conhecimento em propostas e reivindicações concretas. Porque representar é também ouvir antes de decidir e conhecer antes de propor.

É igualmente esse compromisso que está na origem da Campanha Nacional **“Defender quem educa. Defender a Escola Pública”**. Com um Manifesto e uma Petição a entregar na Assembleia da República, queremos colocar no centro do debate a necessidade de garantir **respeito, autoridade e segurança na Escola Pública**.

Autoridade não é autoritarismo. É assegurar regras, responsabilidade e respeito mútuo. É criar condições para ensinar, trabalhar e aprender. É proteger quem educa e, dessa forma, proteger a própria Escola Pública.

Este arranque de ano tem sido, por isso, particularmente intenso na intervenção sindical e institucional da FNE.

Apresentámos o **Estatuto de Apoio à Deslocação e Fixação Docente**, procurando respostas concretas para os custos da deslocação e da habitação e para as diferentes realidades territoriais que hoje condicionam a aceitação e a manutenção de muitas colocações.

Apresentámos também o **Mapa Nacional de Necessidades Docentes 2035**, porque Portugal não pode continuar a responder à falta de professores apenas quando o problema já está dentro das escolas. É preciso antecipar necessidades, planear a formação e criar condições para atrair, fixar e reter os professores de que o sistema educativo necessitará.

Tomámos igualmente posição sobre questões determinantes para o presente e o futuro da Educação: a falta de professores, a eventual fusão de ciclos, o PISA 2025, entre outras matérias que exigem reflexão, diálogo e participação de quem conhece a realidade das escolas.

No dia 17 de setembro, o Secretariado Nacional da FNE aprovou ainda resoluções sobre problemas específicos dos **Docentes e dos Trabalhadores de Apoio Educativo**, reafirmando prioridades e exigindo respostas para questões que continuam por resolver.

Mas o sindicalismo não se faz apenas de reivindicação. **Faz-se também de negociação e de resultados**.

Os recentes acordos alcançados na revisão do regime jurídico do **Ensino Português no Estrangeiro e o Contrato Coletivo de Trabalho acordado com a CNEF** mostram que uma negociação exigente, responsável e persistente pode produzir resultados, conquistar direitos e melhorar as condições de quem representamos.

É esse sindicalismo que queremos continuar a fazer: independente e responsável, disponível para o diálogo e para o compromisso, mas firme na defesa dos trabalhadores. Um sindicalismo que sabe que negociar não é desistir de reivindicar e que alcançar um acordo não significa abandonar aquilo que ainda falta conquistar.

Entretanto, setembro termina e outubro começa com os sindicatos da FNE a prepararem múltiplas iniciativas para assinalar o **Dia Mundial do Professor, a 5 de outubro**. Num tempo em que Portugal enfrenta dificuldades em atrair e reter docentes, esta é também uma oportunidade para reafirmar o valor social da profissão e a urgência da sua valorização.

E temos muito trabalho pela frente.

A revisão do modelo de administração e gestão das escolas, o estatuto do diretor, a continuação da negociação da revisão do Estatuto da Carreira Docente, designadamente dos temas 3 e 4, e muitas outras matérias colocarão à prova, nos próximos meses, a nossa capacidade de intervenção.

Estaremos nessas discussões com propostas, argumentos e soluções. Disponíveis para negociar sempre que seja possível avançar, preparados para discordar quando for necessário e determinados a mobilizar quando a defesa dos direitos e das legítimas expectativas dos trabalhadores o exigir.

Porque **um sindicalismo responsável não é um sindicalismo resignado**. Responsabilidade não significa abdicar da reivindicação. Significa saber transformar problemas em propostas, reivindicações em soluções e negociação em resultados.

É também neste horizonte que começamos a preparar um dos momentos mais importantes da vida da nossa Federação: o **XIV Congresso da FNE, em maio de 2027**.

Queremos construí-lo desde já, com os nossos sindicatos e os nossos associados. Queremos um Congresso participado, aberto ao debate, capaz de pensar o futuro da FNE, mas também os grandes desafios da Educação em Portugal. Um Congresso que seja um verdadeiro espaço de reflexão, participação e afirmação sindical e que contribua para projetar aquilo que queremos ser e aquilo que queremos ajudar a transformar.

Entramos, assim, neste novo ano letivo conscientes do muito que já fizemos, mas sobretudo do muito que ainda temos para fazer.

Os resultados nem sempre chegam à velocidade que desejamos. Há problemas antigos que continuam a exigir novas respostas. Mas é com presença nas escolas, capacidade de ouvir, propostas credíveis, negociação, persistência e força coletiva que conseguimos avançar.

É esse o nosso compromisso: **ouvir, propor, negociar, reivindicar e conquistar**.

Sempre com os profissionais da Educação. Sempre pela Educação.

Porque **defender quem educa é defender a Escola Pública**.

E porque **o País que queremos começa na Escola**.

EXAMES 2027



GARANTIAS PARA RECUPERAR A CONFIANÇA



Queremos saber o que falhou,
quem decidiu, porque falhou e,
sobretudo, **o que vai mudar.**

FNE apresentou 10 garantias para recuperar a confiança nos Exames Nacionais de 2027

Num verão marcado pelos problemas verificados durante o processo dos Exames Nacionais de 2026, a FNE defendeu que era imprescindível retirar consequências do sucedido e preparar, desde já, um processo de avaliação externa mais transparente, rigoroso e fiável para 2027.

A FNE considerou que os constrangimentos registados não poderiam ser encarados como episódios isolados, nem continuar a ser compensados pelo profissionalismo e disponibilidade dos professores. Era necessário apurar responsabilidades, identificar as causas das falhas e garantir que situações semelhantes não voltarão a ocorrer.

Com esse objetivo, a FNE apresentou ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), um conjunto de **10 garantias** consideradas essenciais para reforçar a credibilidade dos Exames Nacionais, entre as quais se destacam:

- 1 - a realização de uma avaliação independente e transparente de todo o processo de 2026;
- 2 - o apuramento de responsabilidades pelas falhas verificadas;
- 3 - a participação efetiva dos professores na definição de futuras soluções;
- 4 - a certificação da robustez das plataformas tecnológicas;
- 5 - a existência de um plano de contingência;
- 6 - melhores condições de trabalho para os professores classificadores;
- 7 - valorização da função de professor classificador;
- 8 - a proteção dos direitos dos alunos;
- 9 - maior previsibilidade na divulgação de regras e calendários;
- 10 - e um processo permanente de avaliação e melhoria contínua do sistema.

A FNE sublinha no documento enviado à tutela, que não pretende alimentar um clima de conflito em torno dos exames, mas antes contribuir para restaurar a confiança de professores, alunos, famílias e escolas, através de medidas concretas que reforcem a transparência, a responsabilidade e a qualidade do processo.

Os professores voltaram a demonstrar um elevado sentido de responsabilidade perante as dificuldades verificadas em 2026. Contudo, a FNE considera que essa dedicação não pode continuar a servir de resposta às insuficiências do sistema.

A FNE apelou, por isso, ao MECI para que assumisse as medidas necessárias à implementação destas garantias, transformando os erros de 2026 numa oportunidade para construir um sistema de avaliação externa mais robusto, mais justo e mais confiável em 2027.



Clique na imagem ou leia o QR code para consultar o documento na íntegra!





FNE defendeu a criação de um Regime de Remuneração da Função de Professor Classificador das Provas e Exames Nacionais

A 14 de agosto e através de comunicado enviado às redações, a FNE registou positivamente a disponibilização de cerca de 2,7 milhões de euros para o pagamento aos professores classificadores dos Exames Nacionais de 2026, concretizando o compromisso assumido pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

"Este pagamento é justo e reconhece o trabalho acrescido realizado por milhares de professores que, num processo particularmente exigente, responderam com profissionalismo, rigor e sentido de responsabilidade", podia ler-se no documento.

Mas, para a FNE, este não poderia ser apenas o desfecho de uma situação excecional. Deveria ser o ponto de partida para uma solução permanente.

Por essa razão, a FNE fez chegar ao MECI a proposta de criação de um Regime de Remuneração da Função de Professor Classificador das Provas e Exames Nacionais, que estabeleça, de forma permanente, regras claras, transparentes e previsíveis para a remuneração da classificação de provas, reapreciações, análise de reclamações e restantes tarefas associadas à avaliação externa.

Não faz sentido que, todos os anos, professores e escolas cheguem ao período dos exames sem conhecer antecipadamente as condições de remuneração de funções de elevada responsabilidade, exigência e especialização.

O pagamento agora concretizado resolveu 2026.

A proposta da FNE pretende resolver o futuro.

"É esse passo que esperamos agora do Ministério da Educação: transformar uma resposta excecional numa solução estrutural que reconheça e valorize, de forma permanente, a função de professor classificador" finalizou a Federação em comunicado.





Alerta da FNE: números das colocações mostraram um sistema ainda demasiado dependente da mobilidade docente

A FNE analisou as listas definitivas de Mobilidade Interna (MI) e Contratação Inicial (CI), publicadas pela AGSE no dia 14 de agosto, e apresentou uma primeira “Radiografia do arranque do ano letivo 2026/2027”.

Os dados permitem identificar alguns sinais que merecem particular atenção quando nos aproximamos do início das atividades letivas.

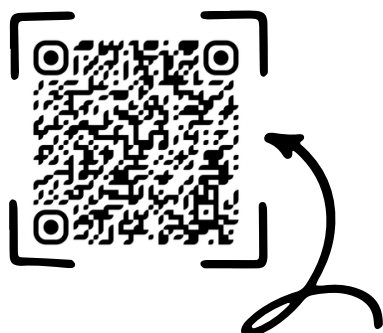
As listas publicadas a meio de agosto contabilizavam 20 207 colocações, das quais 19 183 em Mobilidade Interna (94,9%) e apenas 1 024 em Contratação Inicial (5,1%). Estes números não correspondem, naturalmente, a 20 207 novos professores no sistema, uma vez que a esmagadora maioria resulta da movimentação de docentes dos quadros.

Para a FNE, era precisamente a dimensão da Mobilidade Interna que merece uma reflexão mais profunda. Um sistema em que quase 19200 docentes necessitam de recorrer a mecanismos de mobilidade para obter colocação evidencia que a estabilidade profissional e geográfica continua a ser uma questão central da política de recursos humanos da Educação.

A análise revelava igualmente uma forte concentração das colocações. 1.º Ciclo, Educação Pré-Escolar e Educação Especial representam, em conjunto, 9530 colocações - cerca de 47,2% do total nacional. Só o 1.º Ciclo contabiliza 5645 colocações, aproximadamente 27,9% do total.

Estes dados reforçam a necessidade de acompanhar particularmente estes grupos no início das aulas, mas mostram também que o problema da falta de professores não pode continuar a ser analisado apenas a partir do número global de candidatos existentes.

"A questão determinante é saber se existem professores disponíveis para uma determinada disciplina, num determinado território e para o horário que a escola necessita de preencher. É aí que poderão continuar a surgir as maiores dificuldades", lia-se em comunicado enviado às redações.



A FNE sublinhou ainda que "esta é apenas uma primeira fotografia. Os números agora conhecidos dizem respeito à Mobilidade Interna e à Contratação Inicial e não representam o universo final das necessidades docentes das escolas, uma vez que se seguirão as Reservas de Recrutamento e outros mecanismos de colocação".

Por isso, a FNE afirmava vir a acompanhar atentamente as próximas colocações e, sobretudo, a situação concreta das escolas no início das atividades letivas, procurando identificar os grupos de recrutamento, os territórios e os tipos de horário onde persistam dificuldades no preenchimento das necessidades.

Esta primeira radiografia reforça também as posições que a FNE tem vindo a defender na negociação do regime de recrutamento e colocação de docentes: mais estabilidade, respeito pela graduação profissional e pelas preferências dos professores, maior previsibilidade dos mecanismos de colocação e políticas efetivas de atração e fixação de docentes.

Para a FNE, o objetivo não pode ser apenas conseguir colocar professores administrativamente. O verdadeiro objetivo tem de ser garantir que cada escola dispõe dos profissionais de que necessita, que cada aluno inicia o ano letivo com professores e com condições para aprender e que cada docente encontra estabilidade, respeito e condições dignas para exercer a sua profissão.

DOCUMENTO | Radiografia do arranque do ano letivo 2026/2027 - análise FNE às listas definitivas de Mobilidade Interna e Contratação Inicial.



FEDERAÇÃO NACIONAL
D ► EDUCAÇÃO



ANÁLISE 

FORMAÇÃO DE NOVOS PROFESSORES 2026/2027

O que nos dizem os resultados da
1.ª fase do acesso ao ensino superior

24 AGOSTO 2026

Mais jovens procuram a docência, mas atrair não chega - é preciso formar, fixar e reter

A 24 de agosto de 2026, a FNE fez sair um comunicado no qual considerava positivos os resultados da 1.^a fase do Concurso Nacional de Acesso ao Ensino Superior 2026/2027 no que respeita à formação de futuros professores, mas alertava que o crescimento da procura não pode criar a ilusão de que o problema da falta de docentes está resolvido.

Os dados mostram que 1.302 estudantes foram colocados em licenciaturas em Educação Básica, mais 103 do que no ano anterior, o que representa um crescimento de 8,6%. Quando comparado com 2024, o aumento é ainda mais significativo: em apenas dois anos, o número de colocados passou de 997 para 1.302, crescendo 30,6%.

Para a FNE, estes números demonstram que há uma recuperação da capacidade de atração da profissão docente. Também é relevante que, apesar do aumento da oferta para 1.344 vagas, 96,9% dos lugares tenham ficado ocupados na primeira fase.

Contudo, a Federação sublinha que 1.302 estudantes de Educação Básica não significam 1.302 novos professores. A licenciatura não confere, isoladamente, habilitação profissional para a docência, sendo necessário prosseguir para os respetivos mestrados profissionalizantes. Entre o ingresso no ensino superior e a chegada efetiva às escolas existe, por isso, um percurso que importa acompanhar e no qual é essencial evitar perdas.

Esta realidade ganha especial importância quando confrontada com as necessidades futuras do sistema educativo. As projeções apontam para a necessidade de recrutar cerca de 38 mil novos docentes até 2034/2035, numa média próxima dos 3.800 por ano. Mais de 20.600 serão necessários apenas no 3.º ciclo e ensino secundário, precisamente os níveis em que é mais difícil antecipar, através dos atuais dados de ingresso, quantos estudantes chegarão efetivamente à profissão docente.

A análise realizada pela FNE identifica ainda importantes assimetrias territoriais e demonstra a necessidade de articular a formação inicial com as necessidades por grupo de recrutamento e por região. Não basta aumentar indiscriminadamente o número de vagas: é necessário saber quantos estudantes entram, quantos concluem a formação, quantos se profissionalizam, onde são necessários e quantos permanecem na profissão.

Neste contexto, a FNE defendeu a criação de um Observatório Nacional da Formação e Necessidades Docentes, capaz de cruzar permanentemente os dados das instituições de ensino superior, escolas e recrutamento docente e de antecipar, a cinco e dez anos, as necessidades do sistema educativo por grupo de recrutamento e território.

Mais jovens querem chegar à docência. Agora é preciso garantir que chegam às escolas e que ficam.

A recuperação da procura é uma oportunidade que o país não pode desperdiçar.

É necessário criar condições para que estes estudantes concluam a formação, ingressem nas escolas e encontrem uma profissão com estabilidade, condições de trabalho adequadas, valorização salarial e perspectivas de carreira que os levem a permanecer.

Atrair não chega. É preciso formar, fixar e reter. Só assim teremos os professores de que as escolas precisam hoje e precisarão no futuro.





Carta Aberta da FNE ao Ministro da Educação pediu decisões concretas para 2026/2027

A abrir o mês de setembro de 2026, a FNE fez chegar ao MECI uma "Carta Aberta" na qual considerava que os principais problemas da Educação estão identificados e defendia que o novo ano letivo devia marcar a passagem dos diagnósticos às decisões.

Recorde aqui o texto enviado à tutela:
"No início de mais um ano letivo, a Federação Nacional da Educação (FNE) dirige uma Carta Aberta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação, na qual defende que 2026/2027 deve ser um ano de decisões concretas sobre problemas que há muito estão identificados.

Para a FNE, Portugal não tem um problema de diagnóstico na Educação, mas um problema de decisão. A falta de professores e de outros profissionais, o envelhecimento do corpo docente, a perda de atratividade da profissão, a sobrecarga de trabalho, o excesso de burocracia, a indisciplina e a violência, bem como a necessidade de valorização das carreiras e das remunerações, são realidades suficientemente conhecidas e que exigem respostas efetivas.

Os resultados da Consulta Nacional realizada pela FNE e pela AFJET no final do último ano letivo reforçam esta necessidade. 95,3% dos professores afirmam gostar da profissão, mas 71% dizem que não incentivariam um jovem a escolher a carreira docente. Além disso, 72% consideram a carreira pouco atrativa, 91,1% entendem que a remuneração não está ao nível das qualificações e competências exigidas e 98,5% manifestam preocupação com o excesso de trabalho e a carga burocrática.

Na Carta Aberta, a FNE defende que responder à falta de professores não pode significar apenas encontrar novas formas de preencher horários. É necessário atuar sobre as causas do problema, tornando a profissão novamente atrativa, com remunerações competitivas, progressão profissional justa, estabilidade, redução da burocracia, horários que reconheçam a verdadeira dimensão do trabalho docente e medidas efetivas de fixação dos profissionais.

A Federação reclama igualmente respostas para a indisciplina e a violência e a valorização dos restantes trabalhadores indispensáveis ao funcionamento das escolas.

A FNE reconhece que estas opções implicam investimento, mas considera que a questão essencial é outra: quanto custa ao país continuar a não investir na Educação? Alunos sem professores, profissionais que abandonam a profissão, escolas com recursos insuficientes e o agravamento das desigualdades educativas terão consequências muito superiores para o futuro do nosso país.

Não esperamos que num único ano sejam resolvidos problemas acumulados durante décadas. Contudo, exigimos que 2026/2027 seja o ano em que se comece verdadeiramente a passar dos diagnósticos às decisões, dos anúncios às concretizações e das palavras à valorização efetiva de quem todos os dias faz a Educação acontecer".



FEDERAÇÃO
NACIONAL DA
EDUCAÇÃO



Abrir as escolas não significa ter todos os professores!

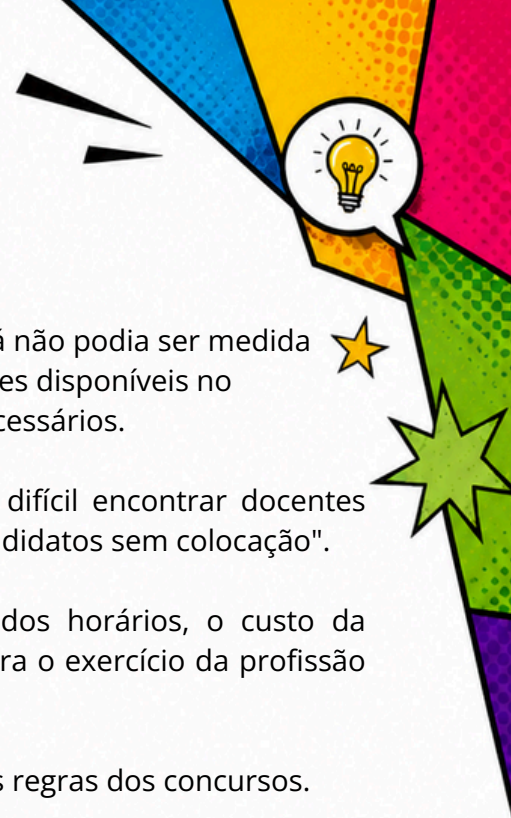
Já perto da abertura do ano letivo, a FNE alertou para o facto de as reservas de recrutamento mostrarem que, a poucos dias do início das aulas, continuavam a existir necessidades docentes por satisfazer.

"A poucos dias do início das aulas, a FNE alertou para uma realidade que não pode ser ignorada: o problema da falta de professores está longe de estar resolvido", alertou a federação.

Depois da Mobilidade Interna, da Contratação Inicial e das duas Reservas de Recrutamento, realizadas em 28 de agosto e 4 de setembro, abrangendo necessidades em 35 grupos de recrutamento, os dados mostravam que, já às portas do início das aulas, continuavam a existir escolas à procura dos professores de que necessitam.

A experiência do ano letivo 2025/2026 ajuda a perceber a dimensão desta movimentação tardia. Só nas duas primeiras Reservas de Recrutamento foram efetuadas 3.705 colocações: 1.123 na RR1 e 2.582 na RR2.

Mas, para a FNE, existia um número ainda mais importante que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação deveria tornar público: quantos horários ficaram por preencher depois da RR2 e quantos alunos correm o risco de iniciar as aulas sem todos os seus professores?



Esta era a realidade que verdadeiramente importava conhecer.

A análise das listas confirmava também que a falta de professores já não podia ser medida apenas pelo número global de candidatos existentes. Ter professores disponíveis no sistema não significa necessariamente tê-los onde e quando são necessários.

"Há grupos de recrutamento e territórios onde é cada vez mais difícil encontrar docentes disponíveis, ao mesmo tempo que, noutros locais, permanecem candidatos sem colocação".

A distância em relação à residência, a duração e a dimensão dos horários, o custo da habitação e das deslocações e as próprias condições oferecidas para o exercício da profissão ajudam a explicar este desajustamento.

Por isso, para a FNE, o problema não se resolve apenas alterando as regras dos concursos.

"O nosso sistema de ensino precisa de uma estratégia consistente e continuada para atrair, formar, fixar e reter professores. Isso exige carreiras e salários valorizados, melhores condições de trabalho, menos burocracia e medidas efetivas de apoio à deslocação e à fixação dos docentes nos territórios onde a escassez se faz sentir" podia ler-se em comunicado.

A FNE considerava, por isso, essencial que o Ministério divulgasse, após esta segunda Reserva de Recrutamento:

- **Quantos horários permaneceram sem candidato;**
- **Quantos correspondem a necessidades anuais e a horários completos;**
- **Quais os grupos de recrutamento e os concelhos mais afetados;**
- **Quantos alunos poderão ser abrangidos.**

A FNE afirmou que "continuará disponível para contribuir para essas soluções, mas continuará também a exigir que a falta de professores seja enfrentada com a prioridade que merece. Porque, no final, é isto que verdadeiramente importa: O ano letivo só começa verdadeiramente para todos quando cada aluno tem todos os professores de que necessita".

A FNE fez chegar ao MECI um ofício através do qual solicitava respostas às questões elencadas no comunicado.



Integração dos 1.º e 2.º ciclos: mudar só se for para melhorar!

A intenção anunciada pelo Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) de avançar para uma integração dos atuais 1.º e 2.º ciclos representa uma alteração profunda na organização da Escola e terá consequências diretas no trabalho de milhares de professores.

A FNE reagiu e considerou que existem razões que justificam uma reflexão séria sobre o atual modelo. A transição do 4.º para o 5.º ano significa, para muitas crianças, passar abruptamente de um professor de referência para um número elevado de professores, disciplinas e formas diferentes de organização do trabalho escolar.

Uma maior continuidade entre os 6 e os 12 anos, equipas pedagógicas mais estáveis, melhor articulação entre professores e uma introdução progressiva da especialização disciplinar podem representar vantagens para os alunos e para as suas aprendizagens.

Também consideramos particularmente importante a intenção manifestada da redução da componente letiva dos professores do 1.º ciclo para as 22 horas. A FNE há muito defende a necessidade de corrigir o tempo e as condições de trabalho.

Mas uma reforma desta dimensão não pode limitar-se a redesenhar ciclos, disciplinas ou horários.

Uma reforma pedagógica não pode servir para gerir a falta de professores

A FNE considera indispensável garantir que esta reorganização não venha a ser utilizada para responder administrativamente à escassez de docentes, reduzir necessidades de contratação ou criar novas formas de mobilidade e fragmentação do trabalho dos professores. Seria contraditório procurar reduzir a fragmentação das aprendizagens dos alunos criando maior fragmentação nos horários e na vida profissional dos docentes.

Por isso, qualquer novo modelo terá de assegurar condições muito claras: equipas docentes estáveis; número adequado de turmas e alunos por professor; tempo efetivo para trabalho colaborativo; respeito pelas habilitações profissionais; salvaguarda dos atuais grupos de recrutamento e dos direitos adquiridos; e prevenção da itinerância de professores entre diferentes escolas para completar horários.

Há igualmente questões que precisam de ser respondidas antes de qualquer decisão definitiva, entre as quais:

- 1 - Quem poderá ensinar nos diferentes anos deste novo ciclo?**
- 2 - Que habilitações serão exigidas?**
- 3 - O que acontecerá aos atuais professores e grupos de recrutamento dos 1.º e 2.º ciclos?**
- 4 - Como serão organizados os concursos e os quadros?**
- 5 - Como serão contabilizados a componente letiva, o trabalho colaborativo e as reduções por idade e tempo de serviço?**
- 6 - Que impacto terá a reforma na mobilidade dos professores e na rede de escolas?**
- 7 - Que condições físicas e materiais serão asseguradas às escolas para a concretização desta eventual integração dos 1.º e 2.º ciclos?**

Estas questões não são meramente administrativas. São determinantes para perceber que Escola e que profissão docente resultarão desta reforma.

A FNE está disponível para discutir. Mas exige negociação.

A FNE não parte para este debate com uma posição fechada contra a mudança. Há problemas no atual modelo que devem ser enfrentados e esta discussão pode constituir uma oportunidade para melhorar a organização pedagógica e, simultaneamente, corrigir desigualdades nas condições de trabalho dos professores.

Mas também não damos antecipadamente um cheque em branco a qualquer modelo.

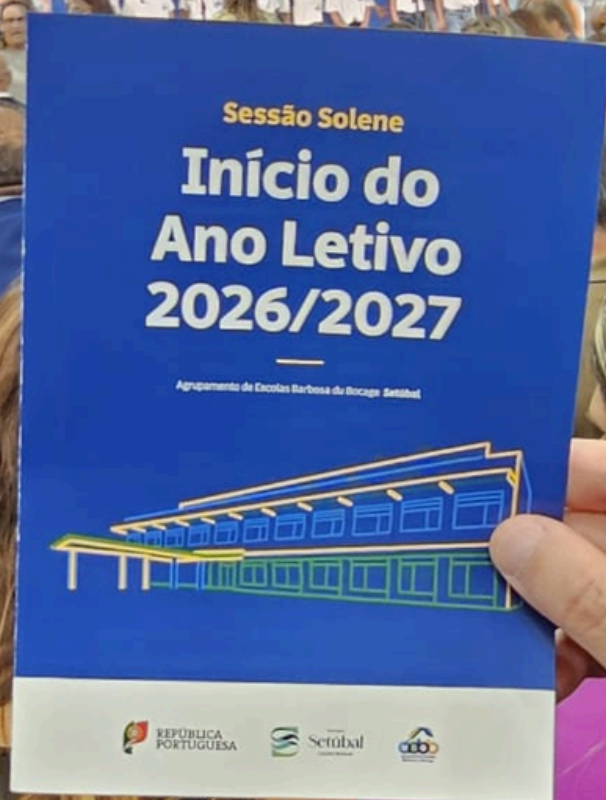
Defendemos que qualquer experiência-piloto seja precedida de discussão e negociação com as organizações sindicais, acompanhada pelos professores e pelas escolas e avaliada de forma rigorosa antes da sua generalização.

Não aceitaremos que uma reforma destinada a reduzir a fragmentação das aprendizagens acabe por aumentar a fragmentação do trabalho dos professores.

A mudança só fará sentido se significar melhores aprendizagens para os alunos, melhores condições de trabalho para os professores e uma Escola Pública de qualidade.

Mudar, sim. Mas mudar para melhorar.

Nota: A posição da FNE não é nova nem extemporânea. Já em 21 de janeiro de 2026 (<https://fne.pt/pt/noticias/go/comunicados-fne-exige-respeito-institucional-e-esclarecimentos-sobre-a-revisao-curricular-anunciada-pelo-meci>), perante os primeiros anúncios de alterações à organização dos ciclos de ensino, a FNE tomou posição e dirigiu um ofício ao MECI, alertando para os impactos que mudanças desta natureza podem ter na organização das escolas, nos grupos de recrutamento, nos horários, na mobilidade e nas condições de trabalho dos professores, exigindo informação, participação e negociação prévias. É, pois, com coerência e no seguimento dessa intervenção que a FNE se pronuncia agora sobre a anunciada integração dos ciclos, uma alteração profunda na organização da Escola e com consequências diretas no trabalho de milhares de professores.





FNE na cerimónia de abertura do novo ano letivo

Pedro Barreiros, Secretário-Geral da FNE, marcou presença a 11 de setembro na Sessão Solene de Abertura do Ano Letivo 2026/2027, realizada no Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage, em Setúbal.

A cerimónia contou com a presença e intervenção do Diretor do Agrupamento de Escolas Barbosa do Bocage, António Caetano, da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Maria do Carmo Tiago, do Ministro da Educação, Ciência e Inovação, Fernando Alexandre, e do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, assinalando institucionalmente o arranque de mais um ano escolar.

A presença da FNE neste momento institucional reafirma o seu compromisso com a valorização da Educação e dos seus profissionais e com a construção de uma Escola Pública de qualidade, capaz de responder aos desafios que continuam a marcar o sistema educativo.

No início de um novo ano letivo, a FNE continuará a defender soluções concretas para atrair, formar, fixar e reter professores, valorizar as carreiras e remunerações, melhorar as condições de trabalho e garantir que todas as escolas dispõem dos profissionais necessários.

Defender quem educa. Defender a Escola Pública.



MAPA NACIONAL DE NECESSIDADES DOCENTES 2035

Diagnóstico, projeções e propostas para uma
política nacional de planeamento docente

Documento de trabalho FNE

PortugalContinental | Projeções de 2025/26 a 2034/35

Setembro de 2026



FNE alerta para necessidade de quase 39 mil novos professores até 2035

Portugal Continental poderá precisar de 38.779 novos professores até ao ano letivo 2034/35, o equivalente a uma média próxima dos 3.800 docentes por ano. A estimativa consta do documento de trabalho “Mapa Nacional de Necessidades Docentes 2035”, apresentado pela FNE, que alertou para a dimensão da renovação geracional que o sistema educativo terá de enfrentar.

Segundo a FNE, entre 2028/29 e 2031/32 serão necessários cerca de quatro mil novos professores por ano, com o pico a atingir 4.122 docentes em 2030/31.

Ao mesmo tempo, os dados utilizados pela federação indicam que, em 2022/23, existiam apenas 2.141 diplomados em cursos de formação docente.

A organização sublinha ainda que a redução prevista do número de alunos não será suficiente para resolver o problema. Até 2034/35, o número de estudantes deverá diminuir cerca de 5%, enquanto a disponibilidade dos professores atualmente em exercício poderá cair aproximadamente 37%, sobretudo devido às aposentações e à redução da componente letiva associada à idade.

Necessidades diferentes consoante a região

A escassez de docentes não deverá afetar todas as regiões da mesma forma. As projeções da FNE apontam para necessidades de 13.381 professores no Norte, 10.711 na Área Metropolitana de Lisboa, 9.656 no Centro, 3.221 no Alentejo e 1.810 no Algarve.

Mais de metade das necessidades projetadas, cerca de 20.606 docentes, concentra-se no 3.º ciclo e no ensino secundário. Entre as áreas identificadas com maiores necessidades estão Português, Matemática, Educação Especial, Física e Química, Inglês e Biologia e Geologia.

Para a FNE, o problema não se resolve apenas através de alterações às regras de colocação. A federação defende que é necessário conhecer antecipadamente quantos professores irão sair, quantos estão em formação e onde serão necessários.

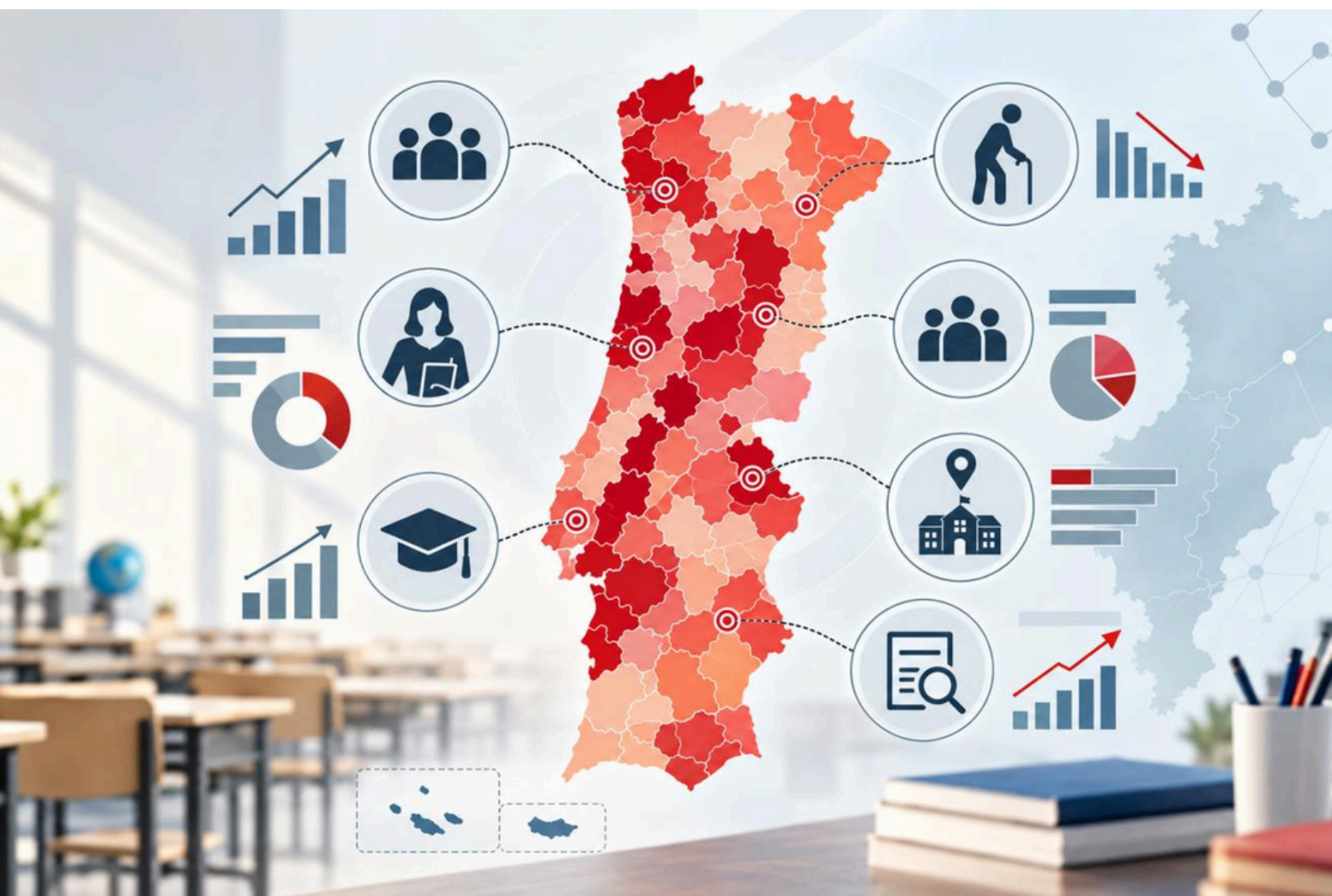


Mapa Nacional de Necessidades Docentes

Como resposta, a FNE propõe a criação de um Mapa Nacional de Necessidades Docentes 2035, atualizado anualmente e com projeções para um, três, cinco e dez anos. O instrumento deverá cruzar dados relativos a alunos, professores, aposentações, formação e necessidades por concelho, zona pedagógica e grupo de recrutamento.

A proposta prevê também um observatório permanente que envolva o Ministério da Educação, instituições de ensino superior, organizações sindicais e municípios. A primeira versão integrada do mapa poderia ser publicada até março de 2027, segundo o documento.

A estratégia defendida pela FNE assenta em quatro eixos: atrair, formar, fixar e reter professores. Entre as medidas propostas estão a valorização da carreira e das remunerações, o combate à precariedade, o apoio à formação de novos docentes, incentivos à fixação em regiões com maiores dificuldades de recrutamento e melhores condições de trabalho. A federação defende ainda um programa para facilitar o regresso à profissão de professores profissionalizados que atualmente estão fora do sistema.



“Não queremos uma guerra de números”

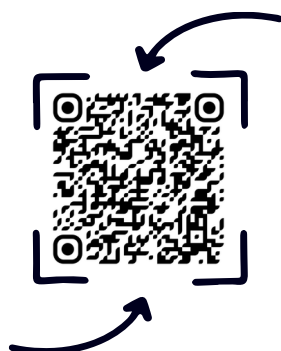
A FNE afirma que o objetivo do documento não é substituir os dados oficiais do Ministério da Educação, mas contribuir para o conhecimento do problema e para a definição de respostas. A organização desafia o MECI a apresentar dados mais recentes ou diferentes, caso existam.

A federação alerta também que medidas de emergência destinadas a preencher horários não devem comprometer a qualidade da educação. Facilitar o recrutamento pode permitir responder a necessidades imediatas, mas, segundo a FNE, não substitui a formação científica e pedagógica necessária para a profissão.

A mensagem central da organização é a necessidade de passar de uma gestão anual da falta de professores para uma política de planeamento a longo prazo. “Quando um horário fica sem professor em setembro, o problema começou vários anos antes”, resume a FNE, defendendo que o planeamento deve começar também com vários anos de antecedência.



MAPA NACIONAL DE NECESSIDADES DOCENTES 2035 (PDF)





FEDERAÇÃO
NACIONAL DA
EDUCAÇÃO

**O PAÍS
QUE QUEREMOS
COMEÇA
NA ESCOLA!**

Valorizar quem educa. Construir o futuro de Portugal.



FNE lança campanha "O país que queremos começa na escola"

A Federação Nacional da Educação (FNE) e os seus sindicatos lançam a campanha nacional "O país que queremos começa na escola", uma iniciativa que pretende afirmar a importância da Educação e dos seus profissionais na construção de um país mais qualificado, mais justo, mais desenvolvido e preparado para enfrentar os desafios do futuro.

A campanha parte de uma ideia fundamental: não existe uma Escola Pública de qualidade sem profissionais respeitados, valorizados e reconhecidos.

Professores, educadores, formadores, técnicos e trabalhadores de apoio educativo desempenham diariamente um papel essencial nas escolas e na sociedade. Criar melhores condições para estes profissionais significa, também, criar melhores condições para os alunos e para a Educação.

Neste sentido, esta campanha da FNE assenta em **cinco compromissos fundamentais:**

 VALORIZAR	as carreiras, os salários e as condições de trabalho dos profissionais da educação;	
 RESPEITAR	quem ensina, educa e trabalha diariamente nas nossas escolas;	
 GARANTIR	estabilidade, dignidade profissional e tempo para ensinar;	
 INVESTIR	numa Escola Pública de qualidade, inclusiva e preparada para os desafios do futuro;	
 RECONHECER	que investir nos profissionais da educação é investir diretamente no futuro do país.	

Com esta iniciativa, a FNE pretende levar a cada escola uma mensagem de valorização da Educação e de quem nela trabalha, sublinhando que o futuro não começa amanhã: começa já hoje, na escola.

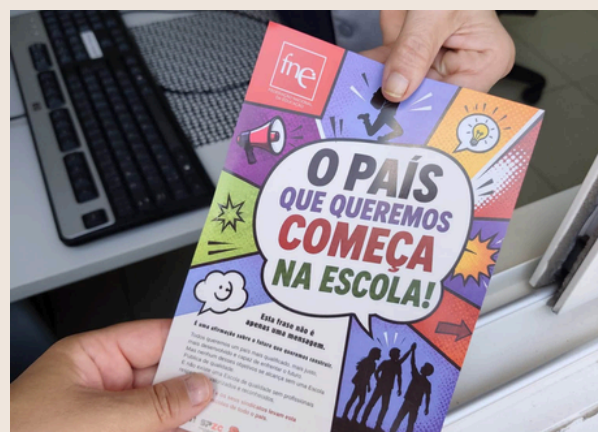
**UMA FAIXA EM
CADA ESCOLA.
UMA MENSAGEM
EM TODO O PAÍS.**

A ação pretende igualmente mobilizar profissionais da Educação e a sociedade em geral para a defesa de uma Escola onde existam condições para trabalhar e aprender, onde os profissionais sejam respeitados, onde seja possível atrair e valorizar novos professores e onde ninguém desista de ensinar por deixar de acreditar que o seu trabalho vale a pena.

**DEFENDER QUEM EDUCA É DEFENDER A ESCOLA.
DEFENDER A ESCOLA É DEFENDER O FUTURO.**

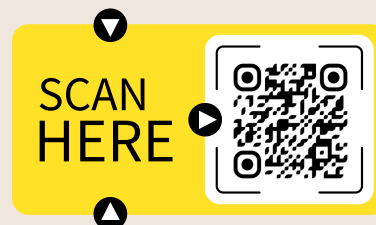
Acompanhe tudo sobre esta campanha nos sites oficiais e redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos.







**O FUTURO NÃO COMEÇA AMANHÃ.
COMEÇA HOJE, NA ESCOLA.**



**ESTA ESCOLA
TAMBÉM FAZ PARTE
DESTA MENSAGEM.
CONHEÇA A CAMPANHA.**

**O PAÍS QUE QUEREMOS
COMEÇA NA ESCOLA!**



www.fne.pt



Mais alunos por turma têm consequências

A FNE considerou necessário esclarecer a afirmação do Ministro da Educação, Ciência e Inovação segundo a qual «até aos 30 alunos a qualidade do ensino não sai prejudicada».

Apresentada como uma conclusão científica, esta afirmação não é correta e não traduz com rigor a evidência disponível. Nem a OCDE nem os estudos académicos de referência estabelecem os 30 alunos como um limiar universal abaixo do qual a dimensão das turmas deixa de ter consequências sobre o ensino e a aprendizagem.

A investigação mostra uma realidade mais complexa.

O impacto da dimensão das turmas depende da idade dos alunos, do nível de ensino, da composição da turma, do contexto socioeconómico, das dificuldades de aprendizagem, das necessidades específicas, do domínio da língua de escolarização, das condições físicas das escolas e das práticas pedagógicas que os professores conseguem desenvolver.

É verdade que alguns estudos identificam efeitos médios limitados nos resultados obtidos em testes, sobretudo quando a redução do número de alunos é pequena. Mas concluir daí que uma turma com 30 alunos não prejudica a qualidade do ensino constitui um salto que a evidência científica não autoriza.

A OCDE reconhece que, as turmas mais pequenas permitem aos professores proporcionar maior atenção individual, dedicar menos tempo à gestão e controlo da sala de aula e adaptar melhor o ensino às necessidades dos alunos.

A investigação sobre os processos de sala de aula mostra igualmente que, nas turmas maiores, os alunos tendem a beneficiar de menos interação individual com o professor

e podem revelar menores níveis de participação e envolvimento nas atividades de aprendizagem.

A passagem de uma turma de 24 para 30 alunos representa um aumento de 25% no número de alunos que o professor tem de acompanhar, sem qualquer aumento do tempo disponível para ensinar, observar, avaliar e apoiar. Significa mais trabalhos para corrigir, mais avaliações, mais necessidades às quais responder e menos tempo potencial para cada aluno.

O problema torna-se particularmente grave quando estão em causa turmas que integram alunos com dificuldades de aprendizagem, diferentes níveis de domínio da língua portuguesa ou situações sociais mais complexas.



A FNE reconhece que é indispensável encontrar rapidamente uma resposta para todos os alunos que ainda aguardam colocação. Mas encontrar soluções não pode significar, criar novos problemas que ponham em causa a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Colocar mais alunos dentro de uma sala pode resolver administrativamente um problema de falta de lugares, mas não garante, por si só, as condições necessárias para que todos aprendam. Uma solução de emergência não pode ser transformada numa regra nem apresentada como pedagogicamente neutra.

A constituição de turmas com 28, 29 ou 30 alunos pode estar legalmente prevista em circunstâncias excecionais.

Isso não significa, porém, que seja desejável do ponto de vista pedagógico ou que não tenha consequências para os alunos, para os professores e para a qualidade da Escola Pública.

A evidência científica não permite afirmar que até aos 30 alunos a qualidade do ensino não é prejudicada. O que permite afirmar é que a dimensão conta, a composição da turma conta e o tempo que cada professor pode dedicar a cada aluno também conta.

Uma política educativa responsável não deve perguntar apenas quantos alunos cabem numa sala. Deve perguntar em que condições cada um desses alunos consegue aprender, participar, progredir e ser verdadeiramente acompanhado.





Secretariado Nacional da FNE reuniu em Lisboa

O auditório João Proença, na sede da UGT, em Lisboa, recebeu o primeiro Secretariado Nacional da FNE do novo ano letivo.

Neste reunião, e já depois do Secretário-Geral, Pedro Barreiros ter feito uma análise às questões e negociações setoriais tal como às condições de abertura do ano letivo 2026-2027 e ações a desenvolver no 1.º período do ano escolar 2026/27, foi aprovada a resolução "O fim das vagas não tem de esperar pelo novo ECD" na qual a FNE "reafirma que a valorização da carreira docente constitui uma condição essencial para reconhecer o trabalho dos professores e educadores e para responder a um dos maiores desafios que hoje en-

frenta a Escola Pública: atrair, formar, fixar e reter professores.

A revisão do Estatuto da Carreira Docente atualmente em negociação constitui, por isso, uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para construir uma carreira mais justa, valorizada e atrativa.

A FNE tem participado neste processo de forma responsável, exigente e empenhada, apresentando propostas e procurando soluções que permitam corrigir injustiças acumuladas e melhorar efetivamente as condições de exercício e de desenvolvimento da carreira docente.

O fim das vagas não tem de esperar pelo novo ECD

Entre essas matérias encontra-se a eliminação das vagas para progressão aos 5.º e 7.º escalões, uma reivindicação que a FNE há muito defende.

Neste ponto existe hoje um dado político particularmente relevante: o próprio Programa do XXV Governo Constitucional assume o compromisso de acabar com as quotas no acesso aos 5.º e 7.º escalões, no âmbito da revisão do Estatuto da Carreira Docente.

Existe, portanto, uma convergência quanto ao objetivo: as vagas devem acabar.

A questão que agora se coloca é saber quando.

A revisão global do ECD envolve numerosas matérias, algumas de elevada complexidade, e o processo negocial tem vindo a prolongar-se. A FNE considera que esta circunstância não deve obrigar os professores a esperar pela conclusão de toda a revisão para ver concretizada uma medida que o próprio Governo já assumiu como necessária.

As vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões constituem um mecanismo que condiciona a progressão de docentes que cumprem os restantes requisitos legalmente exigidos, introduzindo bloqueios e desigualdades no desenvolvimento da carreira.

A sua manutenção torna-se ainda mais difícil de compreender num momento em que o sistema educativo enfrenta sérias dificuldades na atração e retenção de professores e em que é indispensável transmitir sinais claros de valorização da profissão docente.

Para a FNE, não se trata de pedir ao Governo que assuma um novo compromisso. Trata-se de criar condições para concretizar mais cedo um compromisso que o próprio Governo já assumiu.

Por isso, a FNE considera que esta matéria deve ser autonomizada da revisão global do ECD e objeto de uma negociação específica e célere, permitindo antecipar a eliminação das vagas sem prejudicar ou condicionar a continuação da negociação das restantes matérias do Estatuto.

Assim, o Secretariado Nacional da FNE deliberou:

- **Propor ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação a abertura imediata de uma negociação específica destinada à eliminação das vagas de acesso aos 5.º e 7.º escalões da carreira docente;**
- **Defender que esta alteração possa entrar em vigor sem esperar pela conclusão da revisão global do Estatuto da Carreira Docente, com produção de efeitos tão cedo quanto legalmente possível;**
- **Exigir que a solução a encontrar salvguarde todos os docentes atualmente abrangidos pelos mecanismos de acesso aos 5.º e 7.º escalões, garantindo que ninguém seja prejudicado e evitando novas desigualdades ou ultrapassagens;**
- **Reafirmar que a antecipação desta medida não substitui nem condiciona a negociação global do ECD, que deve prosseguir com vista a uma revisão estrutural e à efetiva valorização da carreira docente.**

A FNE continuará empenhada na negociação de um Estatuto da Carreira Docente que reconheça, valorize e dignifique os professores e educadores.

Mas uma negociação longa não deve impedir decisões que podem ser tomadas mais cedo.

Se o Governo já assumiu que as vagas devem acabar, não há razão para os professores terem de esperar pela conclusão da revisão de todo o ECD.

Se é possível corrigir agora uma injustiça, não há razão para obrigar os professores a continuar à espera".



DAR AULAS NÃO PODE CUSTAR O SALÁRIO

Ser Professor não pode significar pagar para trabalhar!



FEDERAÇÃO NACIONAL
DA EDUCAÇÃO



SPZC
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA ZONA CENTRO



SPP
SUL

SDPA
SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS
PROFESSORES DO AÇORES



SPRI

O salário não pode ficar na estrada

FNE alerta para o peso crescente das deslocações no rendimento dos professores e defende medidas de atração e fixação que tenham em conta o custo real de trabalhar longe de casa.

O aumento do preço dos combustíveis volta a colocar em evidência um problema que afeta milhares de professores: o custo de se deslocarem diariamente entre a residência e a escola onde estão colocados. Para muitos docentes, trabalhar implica percorrer dezenas de quilómetros todos os dias, suportando despesas que consomem uma parte significativa do rendimento mensal.

Os dados analisados pela FNE ajudam a perceber a dimensão do problema. Um professor que percorra 60 quilómetros por dia no trajeto casa-escola-casa, utilizando

um automóvel com um consumo médio de 7 litros aos 100 quilómetros, poderá gastar atualmente cerca de 199 euros por mês em gasóleo ou 191 euros em gasolina, considerando 22 dias de deslocação.

Tomando como referência 220 dias de deslocação ao longo do ano, esse professor percorrerá cerca de 13.200 quilómetros, consumindo aproximadamente 924 litros de combustível. Só em combustível, a despesa anual poderá aproximar-se dos 1.992 euros num automóvel a gasóleo e dos 1.911 euros num automóvel a gasolina.

E estes valores representam apenas uma parte do custo efetivamente suportado. Portagens, estacionamento, manutenção, revisões, pneus, seguros, impostos e desvalorização da viatura fazem aumentar significativamente a despesa associada ao simples ato de ir trabalhar.

Milhares de professores percorrem grandes distâncias

Os resultados da Consulta Nacional da FNE confirmam que as deslocações longas não são uma situação residual.

Um em cada seis professores percorre mais de 60 quilómetros por dia e quase um em cada dez percorre mais de 90 quilómetros diariamente para chegar à escola onde está a trabalhar.

A partir da distribuição das respostas, a FNE estima, de forma conservadora, uma deslocação média de aproximadamente 33 quilómetros por dia, o que representa cer-

ca de 7.000 quilómetros por ano em deslocações associadas ao trabalho, tomando como referência 210 dias de deslocação.

Na estimativa dos encargos com deslocações não é considerada a totalidade das deslocações inerentes ao exercício da profissão, incluindo as que decorrem de reuniões, avaliações, exames, atividades escolares, formação e outras responsabilidades profissionais realizadas ao longo do ano.

Número de Km percorridos por dia (entre as respostas válidas):

67,3%
até 30 km

15,9%
entre 31 e 60 km

7,3%
entre 61 e 90 km

9,4%
mais de 90 km por dia

**1 em cada 6 professores percorre mais de 60 km por dia
E quase 1 em cada 10 faz diariamente mais de 90 km para trabalhar.**

Trabalhar longe não pode significar, pagar para trabalhar.

Num contexto em que o sistema educativo continua a enfrentar dificuldades na atração e fixação de professores em determinados territórios e grupos de recrutamento, não é possível ignorar o impacto que a distância, a habitação e as deslocações têm na decisão de aceitar ou manter uma colocação. Por isso, não é de estranhar que, apesar de existirem cerca de 11.000 docentes nas reservas de recrutamento, continuem por preencher necessidades das escolas. A existência de professores em reserva não significa que estes estejam disponíveis para aceitar qualquer horário, em qualquer ponto do país e independentemente dos custos que essa colocação implica. Quando a distância, a deslocação ou a necessidade de manter uma segunda habitação absorvem uma parte significativa do rendimento, o problema deixa de ser apenas a existência de professores e passa também a ser a criação de condições que tornem possível e sustentável aceitar uma colocação.

A FNE defende, por isso, uma política de atração, apoio e fixação de professores que considere o custo real das deslocações, a distância entre a residência e o local de trabalho, os encargos com habitação e as diferentes realidades territoriais, garantindo respostas eficazes.

Nesse sentido, a FNE enviou em 22 de setembro ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), uma proposta de Estatuto de Apoio e Fixação Docente, com medidas concretas que contribuam para dar resposta às dificuldades que hoje impedem o preenchimento de necessidades em muitas escolas. O objetivo é conciliar duas prioridades que têm de caminhar em conjunto: garantir que nenhum aluno fica sem aulas por falta de professor e assegurar aos docentes condições dignas e economicamente sustentáveis para aceitar e manter uma colocação.

Este Estatuto insere-se numa estratégia mais ampla de valorização e dignificação da profissão docente. Para a FNE, responder à falta de professores não passa apenas por formar e recrutar mais docentes: exige também criar condições para que os professores que já existem possam trabalhar onde são necessários sem que a distância, a habitação ou as deslocações absorvam uma parte desproporcionada do seu rendimento.

Trabalhar longe não pode significar, pagar para trabalhar.

Clique na imagem ou leia o QR code para consultar o flyer!



**O PAÍS
QUE QUEREMOS
COMEÇA
NA ESCOLA!**



FEDERAÇÃO NACIONAL
D ▶ **EDUCAÇÃO**



FNE/FSUGT e CNEF assinam alterações ao CCT

A FNE/FSUGT concluiu a 7 de setembro com a Confederação Nacional de Educação e Formação (CNEF) a negociação do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) para os estabelecimentos do ensino particular e cooperativo com contratos de associação, com contratos de patrocínio, escolas profissionais e escolas profissionais artísticas.

A convenção assinada abrange 600 empregadores e mais de 32.000 trabalhadores e entra em vigor a 1 de setembro de 2026.



Depois de várias reuniões de negociação muito mitigadas, com avanços e recuos, alcançou-se um acordo que esclarece e elimina vários constrangimentos, existentes no CCT anterior, BTE 45, de 8 de dezembro de 2023, como por exemplo:

- **contagem do tempo de serviço de docentes em acumulação;**
- **a contagem integral do tempo de serviço, para os trabalhadores sindicalizados;**
- **eliminação dos pontos, 17,18,19 do artigo 8º;**
- **a atribuição de 2 horas para a direção ou coordenação pedagógica no pré-escolar, com mais de 3 salas;**
- **o aumento em mais dois dias úteis de férias aos trabalhadores com filhos portadores de deficiência;**
- **eliminação dos pontos 1,2,3,4 do artigo 70 °- Reposicionamento na Carreira;**
- **eliminação dos artigos; 71º e 72º;**
- **aumento do subsídio de alimentação de 5,14 para o continente e 6,15 para RA Madeira;**
- **estabelece ainda os mínimos remuneratórios a aplicar, nas diferentes tabelas salariais, com aumentos de 50 € em 2026 e o restante em 2027, para os 3 primeiros níveis da tabela A (A8, A7,A6);**
- **nos restantes níveis da tabela A, 50% em 2026 e 50% em 2027;**
- **aumento único em 2026 e 2027, para os níveis Q e R da tabela dos não docentes.**
- **A assinatura deste acordo aconteceu em Lisboa, na sede da CNEF e a FNE esteve representada pelo Vice-Secretário-Geral, António Jorge Pinto, pela Secretária-Geral Adjunta, Cristina Ferreira e pelo Secretário Nacional, Mário Jorge Silva (nas imagens).**





CAMPANHA NACIONAL FNE

DEFENDER QUEM EDUCA. DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA.

RESPEITO | AUTORIDADE | SEGURANÇA | VALORIZAÇÃO

Sem respeito não há aprendizagem.

Sem aprendizagem não há Escola Pública.



CAMPANHA NACIONAL FNE

DEFENDER QUEM EDUCA. DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA.

RESPEITO | AUTORIDADE | SEGURANÇA | VALORIZAÇÃO

Sem respeito não há aprendizagem.

Sem aprendizagem não há Escola Pública.



“Defender quem educa. Defender a Escola Pública.”

Manifesto Nacional e Petição à Assembleia da República querem mobilizar milhares de cidadãos pelo respeito, autoridade, segurança e valorização dos profissionais da Educação.

A Federação Nacional da Educação (FNE) lança a Campanha Nacional “Defender quem educa. Defender a Escola Pública.”, uma iniciativa que pretende colocar no centro do debate público o respeito por quem trabalha nas escolas, o combate à indisciplina e à violência, o reforço da autoridade dos profissionais da Educação e a criação de condições efetivas para ensinar e aprender em segurança.

A campanha parte de uma convicção clara: defender a autoridade de educadores, professores e restantes profissionais da Educação não é uma reivindicação corporativa. É defender o direito dos alunos a aprender e a própria qualidade da Escola Pública. A FNE considera que os fenómenos de indisciplina, desrespeito, violência e conflitualidade não podem ser normalizados, porque perturbam o funcionamento das escolas, comprometem as aprendizagens e fragilizam quem nelas trabalha diariamente.

É por isso que a campanha se desenvolve sob quatro palavras fundamentais — Respeito, Autoridade, Segurança e Valorização — e assume uma mensagem que a FNE quer levar às escolas e à sociedade:

“Sem respeito não há aprendizagem. Sem aprendizagem não há Escola Pública.”

Um Manifesto para construir um compromisso nacional

Um dos eixos centrais da campanha será o Manifesto Nacional pelo Respeito, Autoridade e Segurança na Escola Pública, aberto à subscrição de profissionais da Educação, famílias, investigadores, especialistas, instituições e cidadãos.

Com este Manifesto, a FNE pretende recolher milhares de assinaturas e construir uma ampla frente social em defesa da Escola Pública, demonstrando que o respeito por quem educa e trabalha nas escolas é uma responsabilidade que ultrapassa os profissionais e envolve toda a sociedade.

O Manifesto defende, entre outras medidas, o reforço efetivo da autoridade dos profissionais da Educação; respostas rápidas e proporcionais perante situações de indisciplina e violência; o reforço de assistentes operacionais, técnicos especializados, psicólogos e mediadores; proteção jurídica dos profissionais vítimas de agressões, ameaças ou assédio; maior corresponsabilização das famílias; um Plano Nacional para a Convivência Escolar; e uma estratégia efetiva de valorização dos profissionais e da Escola Pública.

A FNE quer que este seja um compromisso transversal à sociedade portuguesa, porque quando a autoridade de quem educa é fragilizada, não perde apenas o profissional: perdem os alunos, as famílias, a escola e o país.

Petição Nacional vai levar a exigência à Assembleia da República

A mobilização terá igualmente uma dimensão institucional através da Petição “Defender quem educa é defender a Escola Pública” que será entregue na Assembleia da República, depois de uma mobilização nacional com o objetivo de **recolher milhares de assinaturas**.

A FNE exige respostas concretas para reforçar o respeito, a autoridade e a segurança nas escolas, defendendo **procedimentos disciplinares mais eficazes, reforço dos recursos humanos, apoio jurídico aos profissionais, um Plano Nacional para a Convivência Escolar e a valorização da Escola Pública e de quem nela trabalha**.

A recolha de assinaturas decorre **até 11 de dezembro de 2026**, através dos sindicatos da FNE.

ASSINA AQUI

Uma campanha que começa por ouvir quem está nas escolas

A iniciativa não se esgota no Manifesto e na Petição. A FNE promoverá também uma Consulta Nacional aos Profissionais da Educação, abrangendo educadores de infância, professores, técnicos especializados, assistentes técnicos, assistentes operacionais e diretores escolares.

Indisciplina em sala de aula, comportamentos disruptivos, violência verbal e física, ameaças, intimidação, impacto no bem-estar dos profissionais, burocracia associada aos processos disciplinares e eficácia das medidas atualmente existentes estarão entre as matérias analisadas. Os resultados darão origem ao relatório nacional “O Estado da Disciplina nas Escolas Portuguesas”, com diagnóstico, testemunhos, recomendações e propostas de intervenção.

A campanha prosseguirá ao longo do ano letivo, incluindo a Semana Nacional do Respeito na Escola, entre 25 e 27 de janeiro de 2027, com iniciativas nas escolas e culminando ainda numa Cimeira Internacional dedicada ao tema “Respeito, Autoridade e Futuro da Escola Pública”.

Defender quem educa é defender o direito de aprender

Para a FNE, **combater a indisciplina e reforçar a autoridade não é defender uma escola autoritária**. É garantir respeito, responsabilidade, segurança e condições para ensinar e aprender.

Esta campanha pretende mobilizar profissionais, escolas, famílias e cidadãos, dando voz a quem educa e defendendo o direito de todos os alunos a aprender.

A FNE quer **mobilizar a sociedade em torno de uma ideia essencial**:

DEFENDER QUEM EDUCA É DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA.

**Sem respeito não há aprendizagem.
Sem aprendizagem não há Escola Pública**

PETIÇÃO

**DEFENDER
QUEM EDUCA.
DEFENDER A
ESCOLA PÚBLICA.**

RESPEITO | AUTORIDADE | SEGURANÇA | VALORIZAÇÃO

Sem respeito não há aprendizagem.

Sem aprendizagem não há Escola Pública.

ASSINA A PETIÇÃO



fne

Defender quem educa é defender a Escola Pública **Pelo Respeito, Autoridade e Segurança na Escola Pública**

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,

Os cidadãos abaixo assinados vêm, ao abrigo do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e da Lei do Exercício do Direito de Petição, solicitar a adoção de medidas que reforcem a autoridade e a segurança dos profissionais da Educação e garantam melhores condições para ensinar e aprender.

O aumento de situações de indisciplina, desrespeito e violência nas escolas prejudica as aprendizagens, fragiliza a convivência escolar e coloca em causa a autoridade e a segurança de educadores, professores, técnicos especializados, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

Defender a autoridade não é defender uma escola autoritária. É garantir uma escola de respeito, responsabilidade e segurança, onde os profissionais possam exercer plenamente as suas funções e todos os alunos tenham condições para aprender.

Neste sentido, os peticionários solicitam à Assembleia da República:

1. Reforço da autoridade dos profissionais - Reconhecimento efetivo da sua autoridade e criação de instrumentos adequados de intervenção perante situações de indisciplina e violência.

2. Procedimentos disciplinares mais eficazes - Simplificação e maior celeridade dos procedimentos perante situações graves ou reiteradas de indisciplina.

3. Mais recursos humanos nas escolas - Reforço de assistentes operacionais, técnicos especializados, psicólogos, mediadores e outros profissionais de apoio.

4. Apoio jurídico aos profissionais - Garantia de apoio aos trabalhadores vítimas de agressões, ameaças, assédio ou outras formas de violência no exercício das suas funções.

5. Plano Nacional para a Convivência Escolar - Implementação de uma estratégia de prevenção da violência e promoção do respeito, responsabilidade, cidadania e convivência escolar.

6. Valorização da Escola Pública e dos seus profissionais - Adoção de medidas que reforcem o reconhecimento, o prestígio e a valorização social de quem trabalha na Educação.

Uma Escola Pública de qualidade exige respeito por quem educa e segurança para quem nela trabalha e aprende.

Apelamos, por isso, à Assembleia da República para que assuma esta matéria como uma prioridade nacional. Defender quem educa é defender a Escola Pública.

ASSINA AQUI A PETIÇÃO

Junta a tua voz à nossa!

A petição pode ser descarregada aqui, impressa e preenchida.

Depois de assinada, entrega-a **num dos sindicatos da FNE** ou aos nossos dirigentes e delegados sindicais.

Cada assinatura conta. A tua também!



Clique [AQUI](#) ou leia o QR code para assinar online!



MANIFESTO

PELO RESPEITO, AUTORIDADE E SEGURANÇA NA ESCOLA PÚBLICA

**DEFENDER QUEM EDUCA É
DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA**



**LER E ASSINAR
O MANIFESTO**



PELO RESPEITO, AUTORIDADE E SEGURANÇA NA ESCOLA PÚBLICA **DEFENDER QUEM EDUCA É DEFENDER A ESCOLA PÚBLICA**

A Escola Pública é uma das maiores conquistas da nossa democracia. É nela que todos os dias se constrói conhecimento, se promove a igualdade de oportunidades, se aprende a viver em comunidade e se prepara o futuro do país.

Mas nenhuma escola pode cumprir plenamente a sua missão quando o desrespeito, a indisciplina, a violência ou a intimidação fazem parte do cotidiano escolar. Não podemos aceitar que esta realidade se normalize.

Educadores de infância, professores, técnicos especializados, assistentes técnicos e assistentes operacionais têm direito a exercer as suas funções com respeito, autoridade, segurança e dignidade. E os alunos têm direito a aprender num ambiente tranquilo, seguro, inclusivo e exigente.

Defender a autoridade dos profissionais da Educação não é defender autoritarismo nem privilégios. É reconhecer a responsabilidade que a sociedade lhes confia e criar condições para que possam educar, ensinar, apoiar e proteger.

Quando a autoridade de quem educa é fragilizada, não perde apenas o profissional. Perdem os alunos, as famílias, a escola e o país.

Por isso, os subscritores deste Manifesto defendem um compromisso nacional pela convivência e pelo respeito na Escola, que assegure:

- o reconhecimento e reforço efetivo da autoridade dos profissionais da Educação;
- respostas rápidas, eficazes e proporcionais perante situações de indisciplina e violência;
- mais assistentes operacionais, técnicos especializados, psicólogos e mediadores;
- apoio e proteção jurídica aos profissionais vítimas de agressões, ameaças ou assédio;
- maior envolvimento e corresponsabilização das famílias;
- um Plano Nacional para a Convivência Escolar, promotor de ambientes seguros, inclusivos e favoráveis à aprendizagem;
- uma verdadeira estratégia de valorização dos profissionais e da Escola Pública.

Este é um compromisso que deve unir profissionais da Educação, alunos, famílias, instituições, decisores políticos e toda a sociedade.

ASSINE AQUI

O manifesto pode ser descarregado aqui, impresso e preenchido.

Depois de assinado, entregue-o **num dos sindicatos da FNE** ou aos nossos dirigentes e delegados sindicais.

Cada assinatura conta. A sua também!



Clique [AQUI](#) ou leia o QR code para assinar online!



FNE e Governo chegam a acordo sobre novo regime jurídico do ensino português no estrangeiro

A FNE e o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) chegaram a 28 de setembro, a um acordo sobre o novo Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro (RJEPE), numa negociação que se prolongou ao longo dos últimos meses.

Entre os principais avanços alcançados está a eliminação do complemento de apoio à habitação que constava das propostas iniciais do Governo. Em alternativa, os montantes previstos deverão ser integrados nos vencimentos dos professores, solução que a FNE considera mais favorável, nomeadamente por ter impacto nos descontos para os sistemas de proteção social.

A Federação reconhece que o acordo representa avanços face ao regime atualmente em vigor e contempla algumas das reivindicações apresentadas durante o processo negocial. No entanto, alerta que permanecem matérias por concretizar, sobretudo no que diz respeito à valorização remuneratória, às diferenças de custo de vida entre os países e à organização e duração dos horários de trabalho.

A redução da componente letiva dos professores continua entre as principais reivindicações da FNE. A Federação defende que o horário deve refletir a especificidade do Ensino Português no Estrangeiro, nomeadamente a lecionação de alunos de diferentes anos e ciclos, a itinerância e o trabalho realizado em vários estabelecimentos. Para os leitores, a FNE reivindica igualmente uma componente letiva que tenha em conta as restantes funções associadas ao leitorado.

O acordo surge num contexto marcado ainda pela falta de professores no Ensino Português no Estrangeiro. Segundo a FNE, existem cerca de 280 docentes em falta, com necessidades particularmente significativas em países como França, Alemanha e Suíça.

A Federação considera que as atuais condições remuneratórias e de trabalho continuam a dificultar a atração de novos profissionais.

Outra das preocupações manifestadas durante a negociação prende-se com o recurso ao ensino a distância, sobretudo nos países onde predomina o chamado ensino paralelo. Para a FNE, esta solução não assegura uma resposta suficientemente adequada às necessidades dos alunos e poderá contribuir para a fragilização do sistema.

A Federação sublinha, por isso, que a assinatura do acordo não encerra as suas reivindicações. A organização sindical compromete-se a continuar a acompanhar a regulamentação e aplicação do novo regime, defendendo novas melhorias nas condições de trabalho, na valorização profissional e salarial e na organização do Ensino Português no Estrangeiro.

Para a FNE, o acordo agora assinado constitui uma etapa no processo de valorização do EPE e dos seus trabalhadores, mas não representa o ponto final das negociações e da intervenção sindical.



O Regime Jurídico do Ensino Português no Estrangeiro 2026/2027

O início do ano letivo 2026/2027 coloca o Ensino Português no Estrangeiro (EPE) perante um momento de particular importância. A rede continua a funcionar ao abrigo do regime jurídico atualmente em vigor, mas encontra-se simultaneamente em curso uma revisão profunda desse enquadramento.

Para os docentes, esta situação significa que o presente ano letivo começa sob as regras atuais, enquanto se negocia o futuro regime. Inicia-se um ano num clima de instabilidade e incerteza, à semelhança do que aconteceu no final do ano letivo anterior, aquando do início das negociações. A única grande diferença é que, entretanto, já tiveram lugar nove reuniões entre tutela e sindicatos.

Durante o processo negocial a posição relativamente aos docentes foi sendo alterada, tendo sido apresentada uma norma transitória relativa às comissões de serviço em curso. A proposta inicial apontava para uma duração máxima das mesmas, suscitando forte contestação.

Também o recrutamento está a ser reformulado. Na última reunião negocial (17.09.2026) continuavam ainda em discussão aspetos concretos do novo modelo.

Outra área relevante é a avaliação do desempenho. A proposta prevê alterações ao modelo existente, incluindo uma avaliação com periodicidade trienal e mecanismos intercalares. A forma como esta avaliação se relacionará com a progressão, a renovação das comissões de serviço e a “carreira” dos docentes será particularmente importante. Convém salientar que no EPE não existe uma carreira propriamente dita, mas que mesmo assim foi congelada, comportando apenas dois grupos remuneratórios.

A remuneração e os apoios associados ao exercício de funções no estrangeiro constituem outra questão central. O custo da habitação e do nível de vida varia consideravelmente entre países, tornando particularmente relevante a discussão sobre tabelas remuneratórias e eventuais complementos.

Apesar de algumas alterações já introduzidas, a conjuntura fica muito aquém das expectativas dos docentes, uma vez que para alguns deles configuram perda remuneratória. Ainda no âmbito das finanças, é importante referir que o reembolso das despesas de transporte é alvo de preocupação, já que muitas das deslocações feitas pelos docentes não são consideradas, nem reembolsadas, não esquecendo a disparidade existente na aplicação de determinadas disposições de país para país.

De referir que o abono por km considerado é extremamente baixo e não se enquadra na atual situação da maioria dos países. Para grande parte destes docentes as tabelas remuneratórias ficaram ancoradas em 2009 e para alguns estagnaram até antes.

A questão fundamental será encontrar um equilíbrio entre a modernização da rede e a salvaguarda da experiência, dos direitos profissionais e da estabilidade dos docentes que asseguram, diariamente, a presença da língua e cultura portuguesas no estrangeiro.

Para muitos professores, o EPE representa décadas de exercício profissional, pelo que qualquer alteração ao reconhecimento dessa experiência poderá ter consequências significativas.

A esperança mantém-se ainda sobretudo através da atuação dos sindicatos e em toda a força que os seus associados lhes possam transmitir.

Carla Guerreiro
SPCL



Ensino Português no Estrangeiro: começa mais um ano, continuam os mesmos problemas

O início de mais um ano letivo do Ensino Português no Estrangeiro (EPE) deveria ser um momento de renovação, de esperança e de preparação para um novo ciclo de aprendizagem. No entanto, para muitos professores, alunos e famílias, o novo ano começa com problemas antigos que continuam sem resposta.

A rede do EPE continua marcada por dificuldades que não podem ser ignoradas. Problemas de organização e funcionamento, falta de professores, horários inadequados, cursos que não respondem às necessidades das comunidades e uma distribuição da oferta que deixa alunos sem a possibilidade de aprender português em condições adequadas.

É uma rede que, demasiadas vezes, parece ter sido construída aos remendos: mal planeada, com buracos e sem uma visão de futuro. Enquanto algumas comunidades continuam a reclamar mais oferta, outras enfrentam a redução ou o encerramento de cursos. Falta uma política de planeamento que tenha em conta a realidade das comunidades portuguesas, o número de alunos, as suas necessidades e a importância estratégica da língua portuguesa.

A falta de professores é outro dos problemas mais preocupantes. Não se pode exigir qualidade no ensino quando não existem condições para atrair e fixar docentes. Os salários continuam pouco atrativos face às responsabilidades e aos custos associados ao trabalho no estrangeiro. A situação torna-se ainda mais difícil quando se consideram o aumento dos combustíveis, dos alimentos, das rendas e das restantes despesas do dia a dia.

Para muitos professores do EPE, deslocar-se para ensinar significa suportar custos elevados e enfrentar condições profissionais que nem sempre correspondem à importância da missão que desempenham. Ensinar português no estrangeiro exige dedicação, preparação e disponibilidade. Exige também reconhecimento e condições dignas.

Perante esta realidade, o apoio da tutela continua a revelar-se insuficiente. As comunidades portuguesas no estrangeiro não podem ser lembradas apenas em discursos ou em momentos simbólicos. É necessário garantir respostas concretas, estáveis e adequadas às suas necessidades.

O Ensino Português no Estrangeiro não é um luxo nem uma questão secundária. É uma ferramenta fundamental para preservar e transmitir a língua portuguesa, a cultura e a ligação das novas gerações às suas raízes. É também uma forma de Portugal manter uma relação viva com as suas comunidades espalhadas pelo mundo.

Começar um novo ano letivo deveria significar começar com melhores condições. Mas, enquanto persistirem a falta de professores, os baixos salários, os custos crescentes, uma rede de cursos mal estruturada e a falta de apoio suficiente da tutela, continuaremos a enfrentar os mesmos problemas ano após ano.

É tempo de deixar de remendar a rede e começar a reconstruí-la. É tempo de investir no EPE, valorizar os seus professores e garantir às crianças e jovens portugueses e lusodescendentes o direito a aprender e a viver a língua portuguesa onde quer que se encontrem.

Ana Pires Silva
SPCL

Consulta Nacional



sobre as Condições de Trabalho dos
Trabalhadores de Apoio Educativo
(2026/2027)



15 setembro a 15 outubro 2026



A tua voz conta.
Participa!



FNE e AFIET lançam Consulta Nacional sobre as condições de trabalho dos Trabalhadores de Apoio Educativo

A FNE - Federação Nacional da Educação, os seus três sindicatos representativos dos Trabalhadores de Apoio Educativo (Não Docentes) da Educação — STAE-ZN, da zona norte, STAAE-ZC, da zona centro, e STAESul e RA, do sul e regiões autónomas e a AFIET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho, promovem, entre 15 de setembro e 15 de outubro de 2026, uma Consulta Nacional aos Trabalhadores de Apoio Educativo (TAE).

Esta iniciativa tem como principal objetivo conhecer, de forma mais aprofundada, a realidade destes profissionais, nomeadamente os papéis e funções que lhes são atribuídos, bem como as suas condições de trabalho e emprego, desde o início do corrente ano letivo.

A partir dos resultados obtidos, pretende-se promover uma reflexão consistente sobre a situação dos TAE, contribuindo para garantir condições de respeito, qualificação e valorização profissional nas nossas escolas. A consulta permitirá igualmente recolher contributos fundamentais para reforçar a ação reivindicativa da FNE e dos seus Sindicatos.

A FNE/AFIET consideram que, apesar da importância que assumem no funcionamento quotidiano das escolas, os Trabalhadores de Apoio Educativo continuam a ser alvo de uma sistemática desvalorização do seu trabalho e de baixo reconhecimento profissional. E esta iniciativa reafirma, por isso, que não desistem da luta pela justiça dos direitos destes trabalhadores, pelo reconhecimento dos seus conteúdos funcionais específicos e pelo restabelecimento das suas carreiras especiais.

Entre as principais reivindicações dos TAE encontram-se ainda a revisão da Portaria de rácios e o combate efetivo a todas as situações de precariedade que continuam a afetar estes profissionais.

A FNE/AFIET persistem, assim, na defesa do papel e da dignificação dos Trabalhadores de Apoio Educativo, tanto no setor público como nos setores privado e social, reconhecendo que estes profissionais constituem um dos pilares fundamentais do sistema educativo e desempenham um papel indispensável na construção de uma escola de qualidade, inclusiva e capaz de responder às necessidades de todos os alunos.

A Consulta Nacional estará disponível no site e nas redes sociais da FNE, dos sindicatos de TAE e da AFIET, entre 15 de setembro e 15 de outubro de 2026, garantindo-se a participação anónima e confidencial de todos os Trabalhadores de Apoio Educativo.

Os resultados deste inquérito serão posteriormente divulgados, em data a anunciar pela FNE.

Participe aqui <https://forms.gle/cqB5ADMQR6r5jD4w6>



**A tua voz conta.
Participa!**





RESOLUÇÃO FNE

Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo: é tempo de negociar, decidir e concretizar

O Secretariado Nacional da FNE, reuniu em Lisboa a 17 de setembro e aprovou por unanimidade a "RESOLUÇÃO FNE - Valorizar os Trabalhadores de Apoio Educativo: é tempo de negociar, decidir e concretizar".

Eis o documento aprovado:

O Secretariado Nacional da FNE, reunido em 17 de setembro de 2026, considera inadiável a abertura de um processo negocial efetivo dedicado aos Trabalhadores de Apoio Educativo, que dê resposta aos problemas há muito identificados e apresentados ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação.

Assistentes Operacionais, Assistentes Técnicos, Técnicos Superiores, Técnicos Especializados e outros profissionais asseguram diariamente funções essenciais,

no apoio aos alunos, na inclusão, nos serviços administrativos, na segurança e no funcionamento das escolas. Sem estes trabalhadores, a Escola Pública não funciona.

Apesar das propostas apresentadas pela FNE, sucessivos adiamentos e a ausência de respostas estruturais têm prolongado problemas que exigem decisões. Os trabalhadores estão cansados de esperar.

É tempo de o MECI dar um sinal claro e inequívoco de reconhecimento e valorização, traduzido na abertura da negociação e na concretização de medidas que valorizem as carreiras, as remunerações e as condições de trabalho.

Não bastam palavras de reconhecimento. É tempo de negociar, decidir e concretizar.

A FNE considera, por isso, que chegou o momento de o MECI assumir um processo negocial próprio, calendarizado e consequente, que permita encontrar respostas, entre outras matérias, para:

- a valorização das carreiras e das remunerações, reconhecendo a crescente complexidade e responsabilidade das funções exercidas;
- a revisão dos rácios, garantindo que correspondem às necessidades reais das escolas e dos alunos;
- o combate à precariedade e a adoção de soluções que garantam maior estabilidade;
- a valorização e regulamentação das funções dos diferentes profissionais, assegurando uma definição clara das suas competências;
- a melhoria das condições de trabalho, saúde e segurança, incluindo a prevenção da violência e das agressões em contexto escolar;
- o reconhecimento da formação contínua e do desenvolvimento profissional, garantindo condições para a sua concretização;
- a criação de condições efetivas de progressão e desenvolvimento das carreiras;
- a valorização específica dos trabalhadores que desempenham funções de apoio aos alunos com necessidades específicas e em contextos de maior exigência;
- a clarificação das responsabilidades do Estado, das autarquias e das escolas relativamente à gestão destes trabalhadores, garantindo equidade de tratamento, direitos e condições de trabalho, independentemente do território ou da entidade responsável pela sua gestão.

A transferência de competências para as autarquias não pode significar fragmentação de direitos, desigualdade de tratamento ou diferentes condições laborais para trabalhadores que desempenham funções equivalentes na Escola Pública.

- 1. Exige a abertura imediata de um processo de diálogo e negociação especificamente dedicado aos Trabalhadores de Apoio Educativo.**
- 2. Exige um calendário negocial definido, com reuniões regulares, matérias concretas para negociação e objetivos claros.**
- 3. Solicita ao MECI a apresentação de informação atualizada sobre o número de trabalhadores existentes, vínculos, carreiras, necessidades identificadas pelas escolas e insuficiências existentes em cada território.**
- 4. Defende a construção de um compromisso plurianual de valorização dos Trabalhadores de Apoio Educativo, abrangendo carreiras, remunerações, vínculos, rácios, formação, condições de trabalho e desenvolvimento profissional.**
- 5. Reafirma que qualquer política de valorização da Escola Pública ficará incompleta enquanto continuar a deixar para segundo plano milhares de trabalhadores que são essenciais ao seu funcionamento.**

Depois de problemas identificados, propostas apresentadas e respostas sucessivamente adiadas, é tempo de passar das palavras às medidas concretas.

O Secretariado Nacional da FNE apela, por isso, ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação para que não adie mais este processo e dê aos trabalhadores um sinal claro e inequívoco de reconhecimento e valorização.

Porque quem todos os dias contribui, com o seu trabalho, para uma Escola Pública de maior qualidade também tem o direito de ver esse trabalho reconhecido, respeitado e valorizado.





Escolas precisam de quem as faz funcionar

O arranque de mais um ano letivo volta a colocar em evidência um problema que há muito deixou de ser pontual: a insuficiência de trabalhadores não docentes nas escolas portuguesas. Assistentes operacionais e técnicos são indispensáveis ao funcionamento diário das escolas, à segurança, ao acompanhamento dos alunos e aos serviços administrativos. Ainda assim, continuam demasiadas vezes a ser tratados como uma realidade secundária do sistema educativo.

A situação é sentida em todo o país. As ausências prolongadas por doença, as aposentações, a dificuldade de substituição atempada e a inadequação dos rácios às necessidades concretas de cada escola criam constrangimentos que se repetem de ano para ano. Em fevereiro de 2026, a própria Assembleia da República recomendou ao Governo a revisão dos rácios, a avaliação das necessidades reais das escolas, a definição de conteúdos funcionais adequados e a valorização dos assistentes operacionais e técnicos.

No distrito da Guarda esta realidade é igualmente evidente. No concelho da Guarda, com dois grandes agrupamentos, a falta de trabalhadores da educação sente-se diariamente. Baixas médicas, aposentações e outras ausências deixam equipas reduzidas, obrigadas a assegurar mais espaços, mais alunos e mais tarefas. As escolas funcionam graças ao esforço de quem permanece, mas esse esforço não pode tornar-se uma solução permanente.

Também merece reflexão o recurso a trabalhadores colocados através de medidas ocupacionais ou temporárias. Estes instrumentos podem responder a necessidades imediatas, mas não devem substituir postos de trabalho permanentes nem dispensar uma escolha cuidada. Trabalhar numa escola exige perfil, motivação, capacidade de relacionamento e consciência da responsabilidade de lidar com crianças e jovens. Não basta preencher um número num mapa de pessoal.

E há compromissos que não podem ser esquecidos. Em 23 de novembro de 2024, em Vila Real, no Dia Nacional do Trabalhador Não Docente, Pedro Dantas da Cunha, então Secretário de Estado da Administração e Inovação Educativa, participou na iniciativa e subscreveu uma resolução da FNE. Nesse encontro afirmou que o novo estatuto iria consagrar o princípio da especialização, com definição de funções e perfis. A mesma resolução recordava uma verdade simples: os funcionários da escola também educam e também participam na construção do futuro.

Quase dois anos depois, é legítimo perguntar: onde está esse compromisso? Para quando um verdadeiro Estatuto dos Trabalhadores da Educação? Para quando uma carreira que reconheça a especificidade das funções, assegure formação, progressão, melhores condições remuneratórias e verdadeira dignidade profissional?

É tempo também de abandonar a ideia de que estes profissionais são apenas “não docentes”. Eles educam quando acolhem uma criança, quando acompanham um aluno mais vulnerável, quando resolvem um conflito, quando escutam, orientam, protegem e dão o exemplo. A educação não acontece apenas dentro da sala de aula.

Esta valorização deve começar igualmente dentro de cada agrupamento. As direções têm a responsabilidade de integrar, ouvir, respeitar e reconhecer estes profissionais. Quem cuida das nossas escolas também precisa de ser cuidado.

Um novo ano letivo não pode significar apenas novas turmas, horários e professores. Tem de significar também escolas com trabalhadores suficientes, valorizados e motivados. Porque uma escola segura, inclusiva e verdadeiramente educativa constrói-se com todos.

Carlos Varandas Nunes
Vice-presidente do STAAE-ZC



Portugal com baixa participação no 1º Inquérito Europeu aos Professores do EFP

Os professores portugueses do Ensino e Formação Profissional (EFP) inicial têm, até ao momento, uma baixa taxa de respostas no primeiro Inquérito a Professores do EFP inicial (EVTS, na sigla inglesa), lançado pelo CEDEFOP em meados de novembro de 2025, até final do corrente ano de 2026, com 22 países participantes. A conferência sobre as conclusões do EVTS está prevista para junho de 2028.

No trabalho de campo da fase principal, Portugal regista uma percentagem da meta alcançada de 14%, contra 119% da Letónia e 95% da Lituânia. No fundo da tabela estão a Bélgica (Valónia) com 11% e a Suécia com 13%, numa altura em que a taxa de conclusão global do projeto se situa nos 55% (24% em março deste ano).

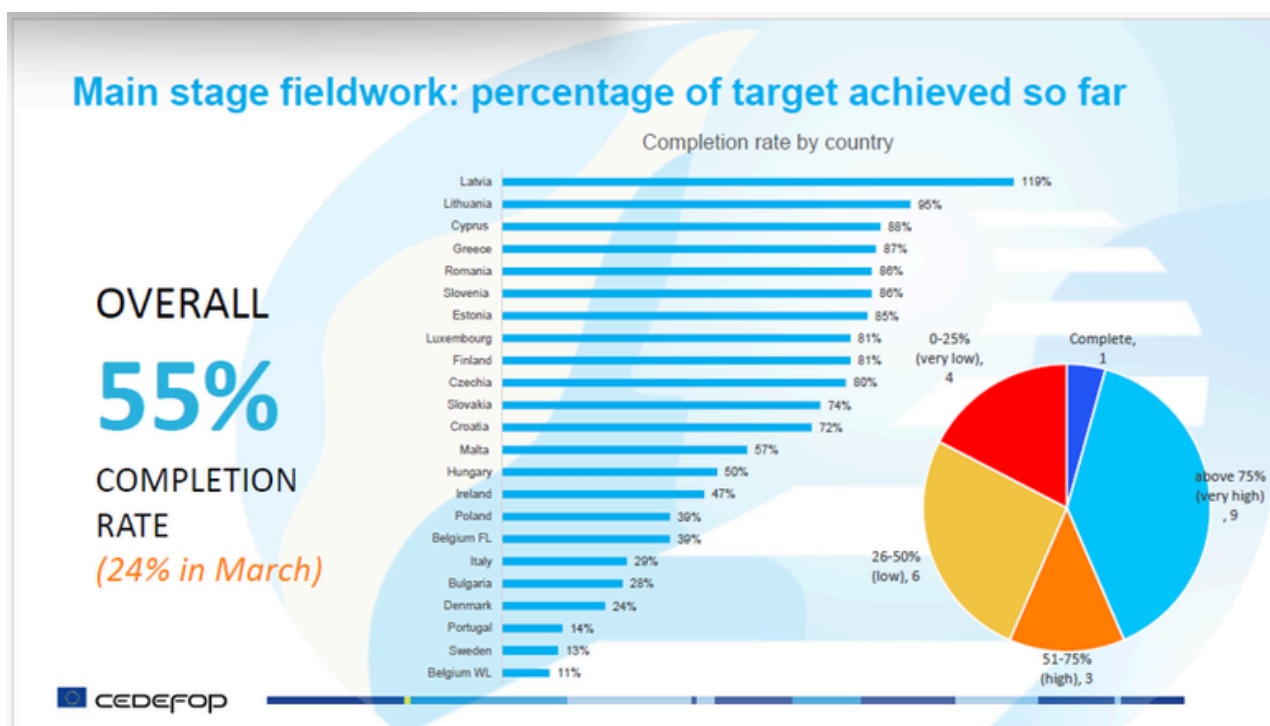
A 5ª reunião do Grupo de Partes Interessadas do EVTS, da qual a FNE faz parte, decorreu online em vinte e um de

setembro de 2026 com o objetivo de apoiar o desenvolvimento profissional dos professores europeus nas escolas de EFP, em três dimensões principais: 1 - apresentação dos objetivos da reunião; 2 - conclusões do projeto-piloto EVTS: contribuições para a nova Agenda Europeia sobre professores e formadores e para a nova estratégia de EFP e, finalmente, 3 - publicações recentes do CEDEFOP sobre professores e formadores de EFP.

De acordo com a grega Irene Psifidou, coordenadora do grupo de partes interessadas do EVTS e gestora do projeto do CEDEFOP, até ao dia 18 de outubro do ano em curso Portugal registava 128 respostas, faltando 772, Itália com 376 respostas garantidas, faltando 924, e a Polónia com 469, faltando 731. Quanto à taxa de resposta dos professores, a Suécia ficava-se pelos 16%, a Bélgica pelos 28%, a Dinamarca pelos 29% e a Irlanda pelos 36%.

No topo encontravam-se a Leónia com 73%, Lituânia com 71% e Eslováquia com 69%.

Até ao mesmo dia 18 de outubro, 5.893 entrevistas estavam já concluídas, faltando realizar 7.037 (alvo: 13.200 respostas). O número de escolas garantidas somava 143, faltando 489 (alvo: 630 escolas). No respeitante a escolas profissionais contactadas elas somavam as 1.601 (mais 736 desde março).

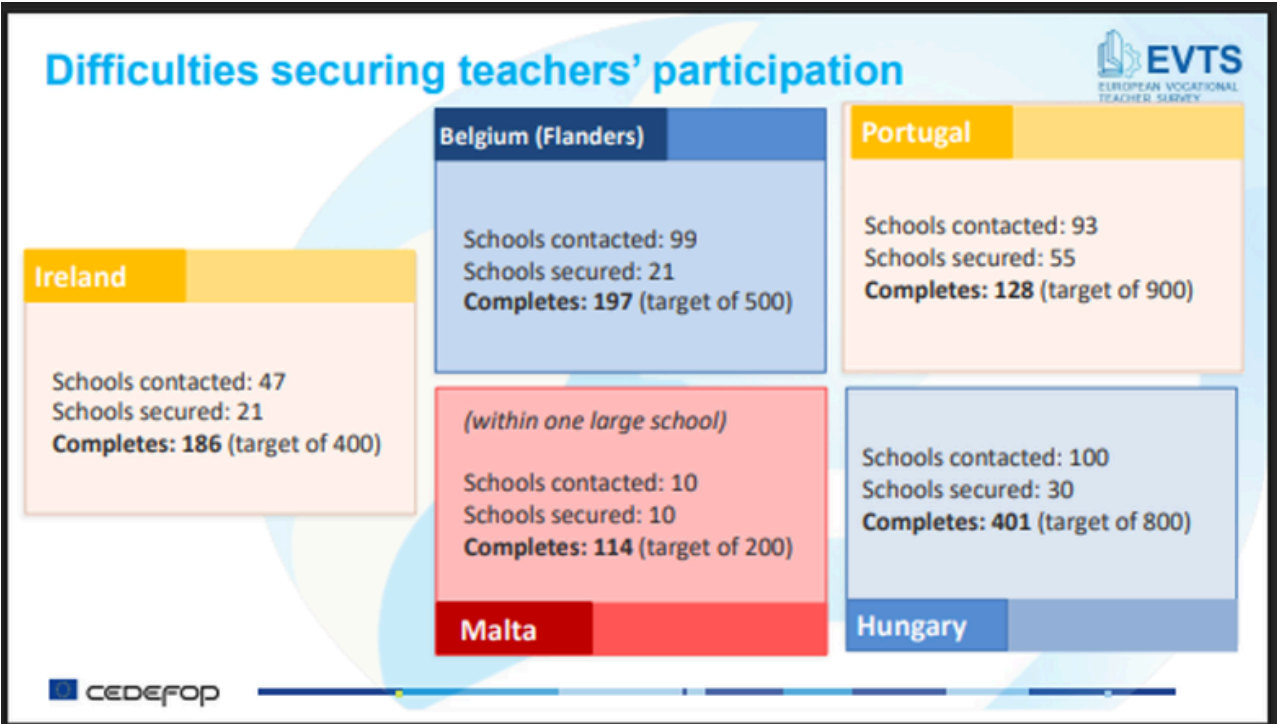


Trabalho de campo da fase principal – percentagem da meta alcançada até setembro de 2026.
Fonte: Cedefop 2026

Depois de se abordarem as contribuições para a nova Agenda Europeia sobre professores e formadores da Comissão Europeia e para a nova estratégia de EFP, a reunião referiu as últimas publicações do CEDEFOP, entre elas os “Dados do projeto-piloto do Inquérito Europeu aos Professores de Formação Profissional do Cedefop (série de documentos de trabalho n.º 29, março de 2026)”, “Abordagens políticas para fazer face à escassez de professores de EFP na EU”, “Abordagens políticas para melhorar o bem-estar dos formandos e professores do EFP” e o “Resumo de políticas: Do risco à resiliência – Orientações políticas para apoiar formandos em situação de risco e que abandonam prematuramente o ensino e a formação profissionais”.

A fase de preparação do EVTS decorreu de fevereiro a abril de 2025 e o trabalho de campo piloto de maio a setembro de 2025. O trabalho de campo principal teve início em meados de novembro de 2025 e decorre até final de dezembro de 2026. Entre janeiro e junho de 2027, o grupo de trabalho do projeto fará a análise do relatório.

Nicolas Bécuwe, responsável pela agência Verian, e Michail Papazoglou, perito do Cedefop, falaram sobre o trabalho de campo principal do EVTS, o ponto da situação e próximos passos. Nomeadamente sobre as múltiplas dificuldades em motivar as escolas profissionais e garantir a participação dos professores.



Dificuldades em assegurar a participação dos professores
Fonte: CEDEFOP 2026

Entre essas dificuldades contam-se as reformas em alguns países europeus, os procedimentos institucionais ou as circunstâncias locais - por exemplo: um clima político difícil na Valónia, uma das três regiões e uma das entidades federadas da Bélgica, situada no sul do país, agregando as zonas francófonas e germanófonas do país. A reunião propôs estratégias para aumentar a participação dos professores no inquérito europeu. Os sindicatos foram considerados essenciais neste processo.

Até setembro deste ano, o CEDEFOP manteve aceso o acompanhamento próximo das escolas, o contacto com outras escolas, a mobilização de ministérios e parceiros sociais para contactar as escolas, tudo envolvido numa campanha sistemática divulgada através de diversos meios, incluindo redes sociais.

Foram duas as novas ações propostas nesta reunião: alterar a metodologia do inquérito para contornar a sobrecarga de trabalho nas escolas e outros obstáculos e explorar a possibilidade de se contactar diretamente os professores.

Em junho de 2027 reunirão de novo as partes interessadas no projeto EVTS, entre elas a FNE e o Comité Sindical Europeu da Educação - CSEE, para tirar conclusões preliminares do trabalho de campo em curso. Para novembro de 2027 está agendado o V Pear Learning Forum sobre o ensino de competências digitais e suas implicações para os currículos do ensino e formação profissionais e para os formadores. A conferência sobre as conclusões do EVTS está prevista para junho de 2028



PISA 2025 Results (Volume I)

Future-Ready Students



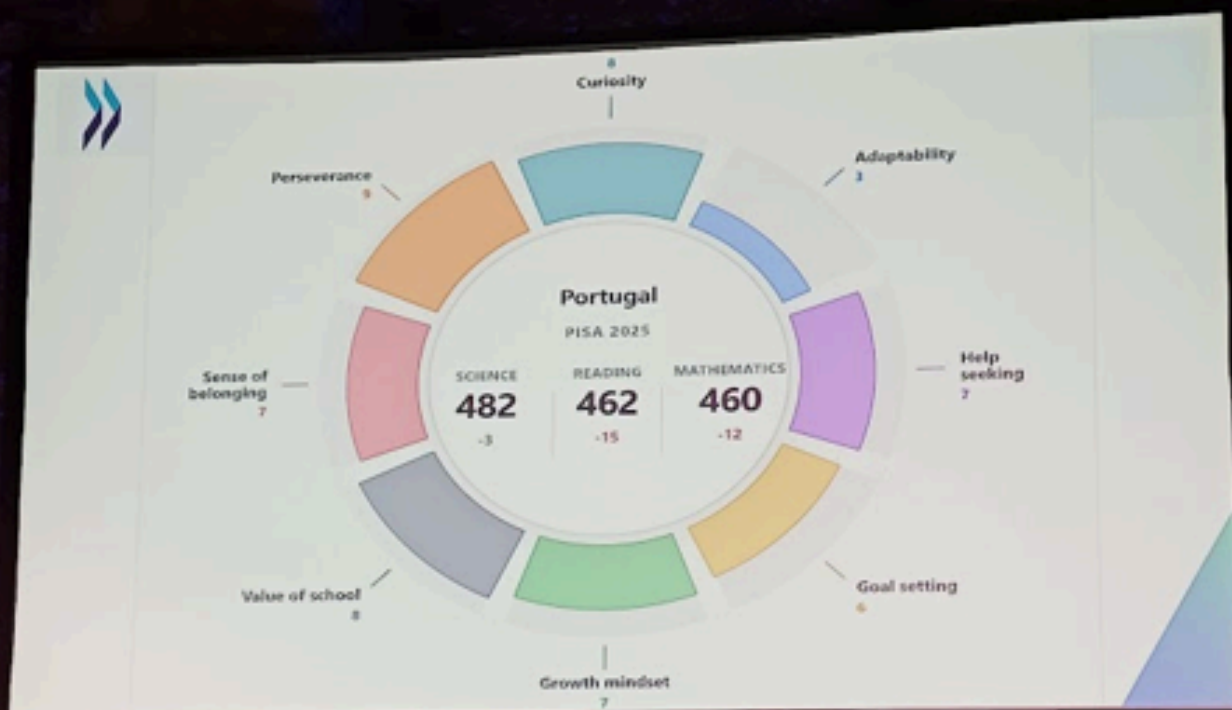
PISA 2025 e Portugal: Maior ou menor catástrofe, é preciso entrar em cada escola

Os alunos portugueses de 15 anos obtiveram os piores desempenhos académicos de sempre na prova de Leitura do programa internacional PISA, ficando abaixo dos resultados de 2000. Os resultados a Matemática foram semelhantes ao PISA 2003 e em Ciências ficaram em linha com a média da OCDE. Portugal tem que olhar agora com muito mais atenção para a qualidade, organização e eficiência do seu sistema educativo.

No top mundial dos resultados do PISA 2025 ficaram quatro jurisdições chinesas (Pequim, Xangai, Jiangsu, Zhejiang) e Singapura e nos dez sistemas educativos com melhor desempenho figuraram a Estónia, Japão, Coreia, Macau (China), Taipé Chinesa e Reino Unido.

Na apresentação do MECI em Lisboa dos resultados portugueses do PISA 2025, em doze de setembro de 2026, Andreas Schleicher, Diretor de Educação e Competências, sublinhou que “a leitura é a mãe de todas as competências; a leitura é esforço, é luta, é persistência e os países que aboliram os livros em papel e foram para o digital são os países com os maiores problemas”.

Schleicher referiu que o acompanhamento familiar dos alunos tinha baixado e que “a geometria do talento é a geografia da inovação de amanhã”. Na sua análise, o pior em Portugal e na Europa foi a deteriorização das competências de leitura, existindo uma correlação com a motivação. Porém, “a pandemia não explica isto e os melhores alunos são os que leram livros extensos, não são os mais dotados em competências digitais”. E completa: “é muito diferente usar o digital com intenção e usar o digital por lazer”.



Por seu lado, a professora Isabel Leite acentuou que “pais e professores devem ser bons modelos de leitura”, acrescentando que “os livros longos e complexos são muito importantes. Nas palavras desta especialista, “os resultados do PISA 2025 perturbam-nos, pelo que temos pela frente uma tarefa hercúlea, em que nenhuma medida isolada vai adiantar”.

Schleicher não considerou os resultados de Portugal catastróficos: “O sistema educativo português é muito forte, ao contrário do polaco”, em que os alunos pensam que essa coisa da escola não é para eles. “Os alunos portugueses do quarto superior são tão bons como os coreanos e os estónios. Mas os do quarto inferior estão ao nível da Roménia e da Costa Rica”, salientou o diretor da OCDE.

Para ele, “temos que ouvir os professores mais seniores. Eles têm a noção exata do que se passa”. Andreas concordou que há muita variabilidade entre escolas em Portugal. Por isso é necessário “entrarmos por dentro de cada escola”. O grave é que “estamos com 30% de alunos com baixo desempenho, o dobro esperado para 2030”. Um dos diretores presentes no debate assinalou que “a falta de professores complica e um aluno que lê mal no segundo ano é um aluno perdido”.



O diretor da OCDE repetiu que a aprendizagem requer esforço. E que a inteligência artificial (IA) deve ser bem utilizada, por exemplo para os alunos fazerem melhores perguntas. Já o Ministro da Educação, Fernando Alexandre, afirmou que os alunos migrantes eram um grande desafio e que tínhamos “uma grande ineficiência na colocação de professores”. E aí mais uma vez Schleicher assinalou a importância de os melhores professores trabalharem nas escolas mais desafiantes.

Apoio familiar desceu

Há quatro grandes conclusões que podemos retirar dos resultados globais do PISA 2025. Em primeiro lugar, registou o desempenho médio da OCDE mais baixo, observado até à data, em ciências, leitura e matemática.

Segundo: o desempenho em leitura tem vindo a diminuir após ter atingido o seu pico por volta de 2012, enquanto o desempenho em ciências tem vindo a diminuir de forma mais gradual ao longo da última década. Quanto ao desempenho em matemática registou uma queda especialmente acentuada após 2018.

Em terceiro lugar: na leitura, o PISA constatou um declínio precisamente nas competências que mais importam na era da IA: avaliar a informação, estabelecer ligações entre várias fontes e pensar criticamente sobre o que lemos. Por sua vez, a percentagem de «leitores apressados» — alunos que percorrem os textos à pressa e dão respostas rápidas, mas incorretas — quase duplicou entre 2018 e 2025. Finalmente, a relação entre a utilização da IA e o desempenho é complexa.

Embora estes resultados sejam preocupantes, especialmente no que diz respeito à literacia, vale a pena dedicar algum tempo a analisar quais são os fatores que os influenciam. Ainda não se sabe ao certo em que medida a Covid teve impacto, e verifica-se que as tendências que se registavam em 2022 se inverteram em 2025.

Indicadores socioemocionais e contexto escolar

+	Relação com os professores	continua a ser um ponto forte das escolas portuguesas
↓	Bullying	níveis inferiores do que na média da OCDE
↓	Faltas às aulas	menos frequente do que na média da OCDE
↑	Sentimento de pertença	aumentou desde 2022 e situa-se acima da média da OCDE
↓	Acompanhamento familiar	ligeiramente superior ao da média da OCDE embora tenha diminuído de forma acentuada desde 2022

Isto é visível no apoio familiar e em várias outras áreas. Após a pandemia da Covid, verificou-se uma compreensão muito maior da necessidade de apoio. Embora a introdução e o resumo executivo nos forneçam alguns dados interessantes, vale a pena analisar a origem desses dados e a forma como os diferentes países conseguem atenuar os declínios através de boas políticas educativas centradas nos alunos e nos professores.

Os sistemas educativos com maior despesa por aluno tendem a obter pontuações mais elevadas em ciências, mas apenas até certo ponto. Acima de aproximadamente 85 000 dólares por aluno, as duas variáveis começam a dissociar-se. Isto demonstra que a educação necessita de recursos adequados e que, frequentemente, dispõe de recursos insuficientes nos países em desenvolvimento.

Aqueles que registaram quedas mais acentuadas na curiosidade entre 2022 e 2025 tendem a apresentar quedas mais acentuadas no desempenho em leitura. Por outro lado: as tendências nas opiniões dos alunos sobre a utilidade da escola também estão intimamente relacionadas com as tendências de desempenho. Entre 2022 e 2025, os países e economias com um aumento mais acentuado nas opiniões dos alunos sobre a utilidade da escola são também aqueles que apresentam um aumento mais acentuado no desempenho na leitura.

Maior fosso entre melhor e pior desempenho

Cerca de três quartos dos alunos dos países da OCDE demonstraram, pelo menos, um nível de proficiência de base em ciências: em vez de se limitarem a ter conhecimentos sobre ciência, os alunos utilizam o conhecimento científico de formas que demonstram literacia científica básica. No entanto, relativamente poucos (7 %) atingiram os níveis mais elevados de proficiência.

A ciência não revelou praticamente nenhuma disparidade de género nas pontuações médias de desempenho. As raparigas superaram os rapazes na leitura em 30 pontos, em média, nos países da OCDE, enquanto os rapazes superaram as raparigas na matemática em 13 pontos.

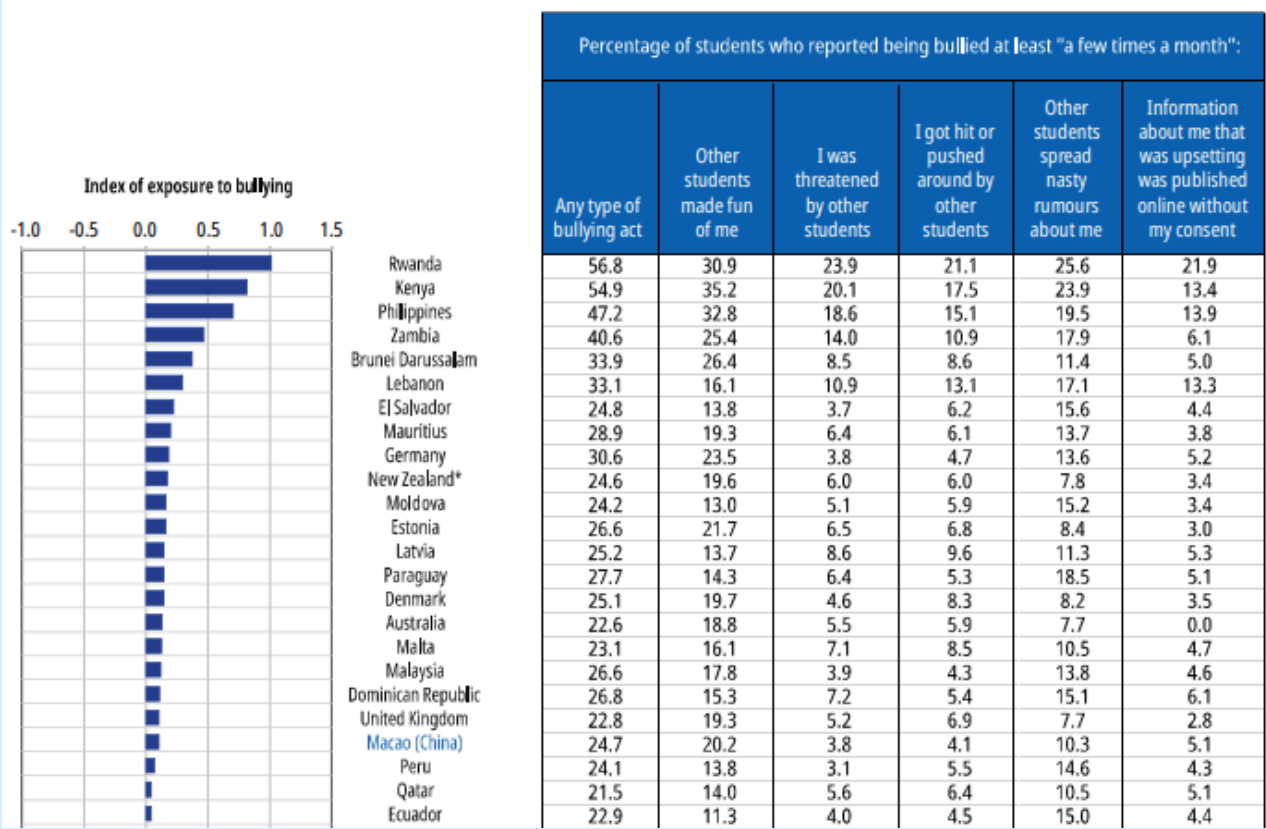
Os resultados em ciências mantiveram-se relativamente estáveis entre 2022 e 2025, em comparação com a matemática e a leitura, onde a queda no desempenho foi mais acentuada. No entanto, o fosso entre os alunos com melhor e pior desempenho continuou a alargar-se. Embora não se verifique um declínio uniforme nas competências, observa-se uma redução da atenção e, em alguns países, atitudes cada vez mais negativas em relação à escola.

A correlação com os dados do TALIS (Inquérito Internacional sobre Ensino e Aprendizagem) da OCDE e as dificuldades encontradas com o bullying e as questões disciplinares na sala de aula correspondem a um conjunto crescente de dados sobre perturbações e descontentamento.

Os alunos, as escolas e os professores precisam claramente de mais apoio nesta área. O aumento do absentismo e outras tendências também precisam de ser investigados de forma mais aprofundada.

Figure I.4.29. Students' exposure to bullying

Results based on students' self-reports



Continua a existir uma dicotomia entre os países que se situam acima da média em termos de resultados em ciências e de equidade e os restantes. Os dados sugerem que os sistemas que conseguem ultrapassar as circunstâncias socioeconómicas, proporcionando uma educação de elevada qualidade de forma consistente aos seus alunos mais carenciados, também obtêm melhores resultados em ciências.

No entanto, persistem desigualdades, nomeadamente no que diz respeito ao género e ao estatuto de imigrante, e os sistemas fariam bem em analisar mais cuidadosamente a forma como direccionam os recursos nestas áreas.

IA não é um pré-requisito para o sucesso

Os resultados estão a registar uma descida e os alunos parecem estar a tornar-se menos empenhados. À medida que o envolvimento dos alunos enfraquece em várias frentes, tornar as escolas locais acolhedores que também saibam ligar os alunos às realidades do mundo em que vivem é uma característica importante da educação.

A disponibilidade de computadores nas escolas tem vindo a aumentar de forma constante, passando de seis computadores por cada dez alunos em 2012 para nove por cada dez alunos em 2025, em média nos países da OCDE. É evidente que se investiu muito dinheiro em recursos digitais e, embora as escolas que não dispõem desses recursos apresentem piores resultados no desempenho em ciências, a forma como estes são utilizados reveste-se de importância crucial. Curiosamente, a falta de recursos digitais alia-se às disparidades socioeconómicas para agravar os problemas dos alunos mais desfavorecidos.

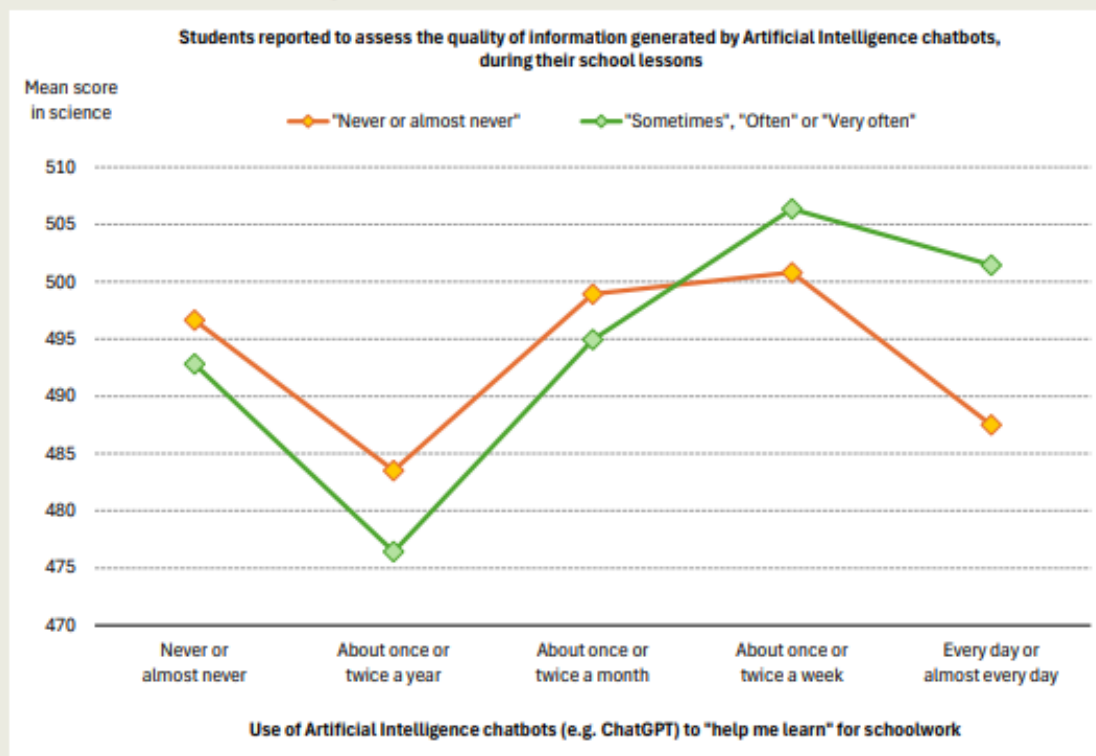
Os diretores relataram níveis de preparação digital mais baixos do que em 2022, o que significa que estamos a regredir neste campo. A área que registou o maior declínio foi a das competências dos professores na integração de dispositivos digitais no ensino. À medida que a utilização da tecnologia cresce exponencialmente, o uso excessivo constitui um problema, e a falta de apoio e preparação dos professores está claramente a ter um efeito negativo.

O grande aumento das proibições de telemóveis reflete-se nos dados. A distração digital continua a ser um problema, mas, em alguns casos, os alunos expostos a essa distração têm melhores resultados. Pode existir um ponto ideal para a utilização de dispositivos digitais, que é a utilização moderada, uma vez que os dados sugerem que tanto a ausência de utilização como o uso excessivo causam problemas.

O PISA revela que os alunos que não utilizam chatbots de IA para os trabalhos escolares obtêm, em geral, pontuações mais elevadas do que os que os utilizam e são mais propensos a referir níveis mais elevados de comportamentos de procura de ajuda, o que sugere que a utilização da IA não é um pré-requisito para o sucesso, pelo menos na altura do PISA 2025.

Figure I.4.14. Mean score in science, by frequency of AI use “to help me learn” and frequency of assessing AI-generated information in school lessons

Based on students' reports; OECD average



Source: OECD, PISA 2025 Database, Table I.B1.4.70. See <https://stat.link/o1j4k0> for the underlying data.

A utilização da IA é comum, mas a utilização diária é pouco frequente, o que demonstra que a integração da IA na aprendizagem ainda se encontra numa fase muito inicial do seu desenvolvimento. A utilização da IA e da tecnologia deve ser gerida com cuidado, e os professores precisam de formação para o fazer, não apenas nas escolas com mais recursos, mas em todo o lado.

Escassez de professores

Em 2025, em média nos países da OCDE, cerca de quatro em cada dez alunos frequentavam escolas onde os diretores referiram que o ensino era prejudicado, em certa medida ou em grande medida, pela falta de professores, e uma proporção semelhante frequentava escolas onde se considerava que a falta de pessoal de apoio educativo prejudicava o ensino.

O apoio aos professores nas aulas de ciências aumentou em mais de metade dos países do PISA desde 2015. O apoio aos professores está associado de forma positiva ao desempenho científico. Os alunos em 2025 referem níveis mais baixos de apoio familiar do que em 2022. Isto refere-se ao apoio no dia-a-dia, e não à participação em reuniões de pais, algo que a maioria dos pais ainda faz. O clima disciplinar continua a ter impacto e mantém-se pior em áreas de nível socioeconómico mais baixo.

O bullying aumentou desde 2022, o que está em consonância com os resultados de que dispomos noutros contextos. O bullying relacional, em particular, agravou-se. Todas as formas de bullying estão associadas a níveis mais baixos de desempenho académico. O absentismo e os atrasos também aumentaram.

Educação ambiental em declínio

Entre 2015 e 2025, a consciência ambiental dos alunos diminuiu em todos os cinco temas que também foram avaliados em 2015. Cerca de metade dos alunos participa em discussões com a família e os amigos sobre questões ambientais e cerca de metade afirma fazer compras com base na sustentabilidade.

Table I.5.1. Students' environmental awareness, by topic

Percentage of students, OECD average

	I have never heard of this	I have heard about this but I would not be able to explain what it is really about	I know something about this and could explain the general issue	I am familiar with this and I would be able to explain this well
Effects of plastic pollution	6	18	44	33
Extinction of plants and animals	6	19	45	30
The consequences of clearing forests for other land use	10	23	41	26
Water shortages	8	24	43	25
The increase of greenhouse gases in the atmosphere	15	28	36	21
Nuclear waste	14	41	33	12

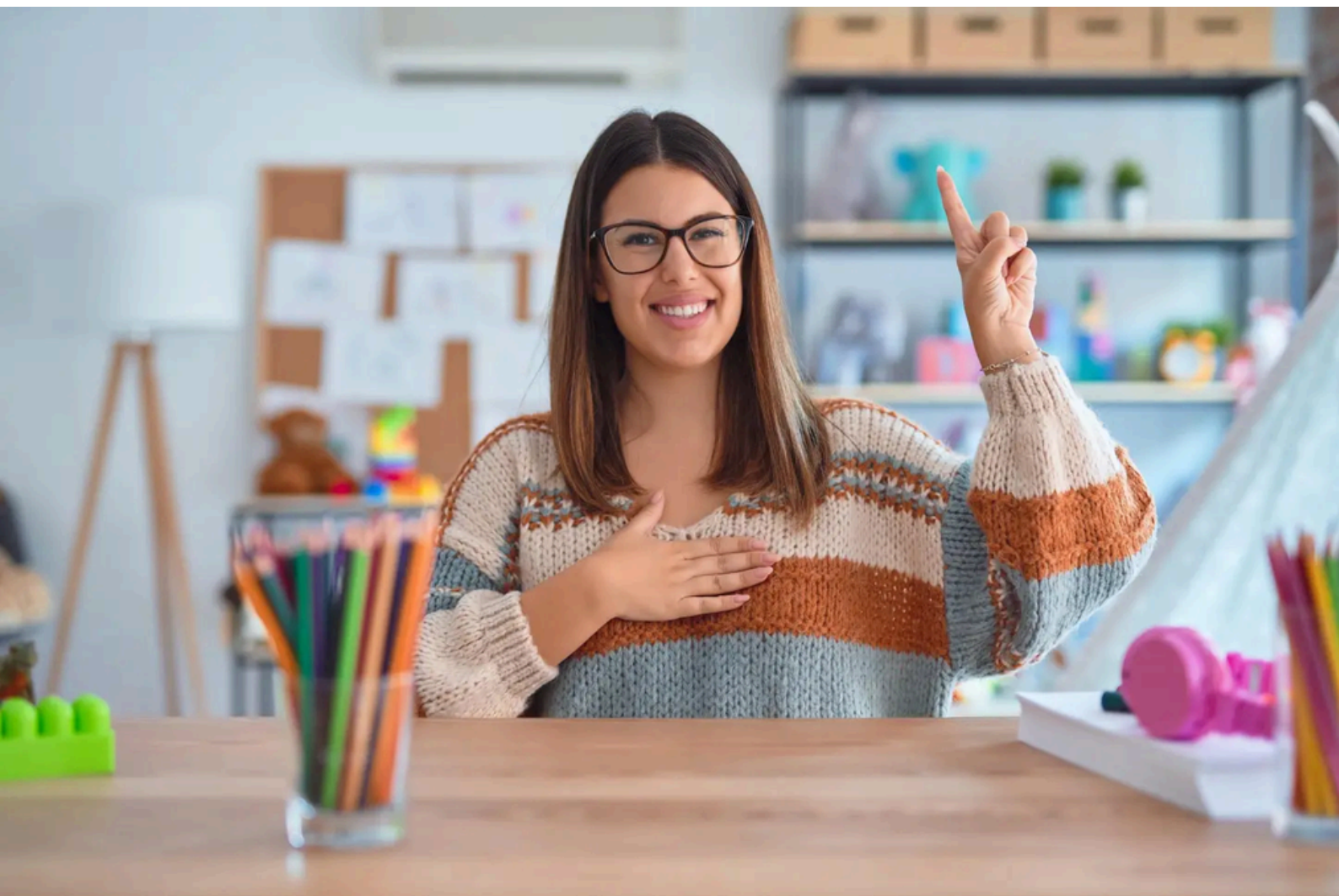
Source: OECD, PISA 2025 Database, Table I.B1.5.6.

Entre os 28% dos alunos que afirmam não realizar nenhuma atividade ambiental, a razão mais provável é não conhecer ninguém que o faça. A maioria dos alunos afirma ter interesse numa carreira relacionada com o ambiente. Curiosamente, o estatuto socioeconómico não parece ser um fator significativo.

O envolvimento em atividades ambientais apresenta uma correlação positiva com as notas em ciências ambientais. Curiosamente, os alunos de escolas socialmente desfavorecidas tiveram mais oportunidades de participar em atividades de aprendizagem ambiental nas aulas.

Foi notável o facto de os países não quererem que a OCDE prosseguisse com o quadro de sustentabilidade elaborado para o PISA 2025. Isto deve-se ao facto de ser evidente que a educação ambiental está em declínio, precisamente numa altura em que as alterações climáticas se agravam. Não só os países estão a negar a ciência climática, como também estão a ensiná-la cada vez pior. É provável que isto se deva a uma combinação de fatores, desde o aumento da desinformação sobre o clima até à natureza cada vez mais polarizada do debate em torno deste facto científico.





CSEE lança lista de verificação de saúde feminina no trabalho

Enquanto os sindicatos da educação de todo o mundo preparam a sua linha de ação na sequência das conclusões da Conferência Mundial da Mulher da Internacional da Educação, na Bahia, Brasil (15 a 17 de setembro de 2026), o Comité de Igualdade do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) desenvolveu uma nova Lista de Verificação para Negociação Coletiva sobre Saúde da Mulher no Trabalho no Setor da Educação. e saúde ocupacional.

A Lista de Verificação visa apoiar os sindicatos da educação na inclusão da saúde da mulher nas agendas de negociação coletiva e diálogo social, reconhecendo que a saúde da mulher não é apenas uma preocupação individual, mas uma questão de igualdade no local de trabalho e de segurança e saúde ocupacional.

As mulheres representam a maioria da força de trabalho na educação em toda a Europa, contudo, muitas questões de saúde que afetam as mulheres ao longo de suas vidas profissionais permanecem insuficientemente abordadas nas políticas do local de trabalho e nos acordos coletivos.

Frequentemente, temas como menstruação, saúde reprodutiva, tratamento de fertilidade, gravidez, aborto espontâneo, menopausa e riscos ocupacionais específicos de gênero permanecem invisíveis, mal compreendidos ou envoltos em estigma.

A Lista de Verificação busca romper esse silêncio e fornecer aos sindicatos da educação ferramentas práticas para defender ambientes de trabalho mais saudáveis, seguros e inclusivos em todos os setores da educação, da educação infantil ao ensino superior e à pesquisa.

Além disso, a Lista de Verificação destaca que as normas de saúde e segurança, a organização do trabalho e as estruturas salariais foram historicamente concebidas em torno de profissões predominantemente masculinas, muitas vezes deixando

de reconhecer as demandas físicas, psicológicas e organizacionais de setores predominantemente femininos, como a educação.

Ao mesmo tempo, persiste uma significativa disparidade de gênero na saúde, com muitas condições que afetam as mulheres permanecendo negligenciadas, pouco pesquisadas ou insuficientemente compreendidas nas políticas e práticas do local de trabalho.

Estruturada em torno de quatro áreas principais, a Lista de Verificação orienta os sindicatos na identificação e abordagem dos riscos ocupacionais no setor da educação, promovendo uma abordagem do ciclo de vida para a saúde da mulher, fortalecendo o diálogo social e a negociação coletiva e fomentando uma cultura de trabalho baseada na conscientização, inclusão e respeito.

A lista destaca que os locais de trabalho devem levar em consideração as necessidades de saúde das mulheres em todas as fases da vida e da carreira e que medidas eficazes só podem ser alcançadas por meio do envolvimento significativo dos trabalhadores e de seus sindicatos.

A Lista de Verificação apresenta um conjunto de recomendações gerais, incluindo:

- integrar a saúde da mulher nas políticas de saúde e segurança ocupacional,
- realizar avaliações de risco com perspectiva de gênero,
- garantir o acesso a instalações adequadas no local de trabalho,
- fornecer adaptações no local de trabalho quando necessário,
- combater o estigma e a discriminação,
- coletar dados desagregados por gênero e
- fortalecer a formação e a conscientização tanto da gestão quanto dos funcionários.

A Lista enfatiza que soluções sustentáveis exigem um diálogo social genuíno, negociação coletiva e uma abordagem que envolva todo o local de trabalho. A saúde da mulher é uma questão que afeta o ambiente de trabalho. É hora de trazê-la da marginalidade para o centro do diálogo social e da negociação coletiva.



5 outubro
DIA MUNDIAL DO PROFESSOR
PORTUGAL



AO LADO DOS PROFESSORES

**PROTEGER A PROFISSÃO
VALORIZAR O ESTATUTO
CONSTRUIR O FUTURO**

FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

60.º aniversário da Recomendação relativa ao
Estatuto dos Professores (OIT e UNESCO, 1996)